

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
André Luis da Silva Baylão

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO
DE TRÊS RIOS NO CENTRO-SUL FLUMINENSE NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO PERÍODO
DE 2004 A 2010**

Taubaté - SP
2013

André Luis da Silva Baylão

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO
DE TRÊS RIOS NO CENTRO-SUL FLUMINENSE NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO PERÍODO
DE 2004 A 2010**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Avaliação do Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Coorientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

**Taubaté - SP
2013**

ANDRÉ LUIS DA SILVA BAYLÃO

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE TRÊS RIOS NO CENTRO-SUL FLUMINENSE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO PERÍODO DE 2004 A 2010

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Avaliação do Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Coorientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Data: 10/05/2013

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir José dos Santos - Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira - Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta – Universidade Federal de Itajubá

Assinatura: _____

Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura – Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Dedico este trabalho ao meu filho Brunno, a
minha amada esposa Cristiane e,
principalmente, a Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter permitido a realização deste trabalho, pois sem ele nada é possível e nada tem sentido nesta vida.

A minha amada esposa Cristiane que sempre me ajudou, contribuiu e esteve presente em todas as etapas.

Ao meu amado filho Brunno, dando força e torcendo pela conclusão deste projeto.

Aos meus pais Edson e Neide pelo amor e carinho

Aos meus professores Moacir e Trajano pela acolhida, paciência e atenção no desenvolvimento do trabalho.

O desafio dos países de industrialização avançada, inclusive o Brasil, é: ser competitivo e ganhar espaço no plano internacional, gerar emprego de remuneração adequada à população crescente e avançar em uma distribuição de renda mais igualitária.

Celso Furtado

RESUMO

O crescimento e o desenvolvimento econômico são termos utilizados e debatidos atualmente, no sentido de promover e evidenciar as políticas de desenvolvimento regional, implementadas por diversos governos estaduais (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, entre outros). No ano de 2005 a Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, sancionou uma lei concedendo incentivos fiscais a determinados municípios do Estado, buscando o desenvolvimento dessas cidades. O presente trabalho procurou avaliar se a política de incentivos fiscais promovida na microrregião de Três Rios no Centro-Sul Fluminense (Municípios: Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios), no Estado do Rio de Janeiro, contribuiu para o crescimento econômico e se houve desenvolvimento econômico. Um dos instrumentos de avaliação usado inicialmente foi o método usado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Depois, foram utilizadas séries históricas de nível de emprego, arrecadação de tributos municipais e outros indicadores sociais (emprego e renda, saúde e educação) na avaliação do crescimento e do desenvolvimento econômico da região em destaque. Nos resultados apresentados foi possível verificar a ocorrência do crescimento econômico com características heterogêneas (índices diferentes entre os municípios). Quanto ao desenvolvimento econômico, a avaliação também foi heterogênea, tanto entre os municípios quanto entre os indicadores sociais. Esta foi uma pesquisa bibliográfica e documental que buscou contribuir para os estudos do desenvolvimento econômico regional no Brasil.

Palavras-chave: Crescimento. Desenvolvimento Econômico. Incentivos Fiscais.

ABSTRACT

The growth and economic development are terms used and discussed today, to promote and highlight the regional development policies, implemented by various state governments (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, among others). In 2005 the Governor of the State of Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, passed a law granting tax incentives to certain cities in the state, seeking the development of these cities. This study sought to assess whether the policy of tax incentives promoted in micro-Three Rivers South-Central Fluminense (Counties: Areal, Commander Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia and Three Rivers.) In the State of Rio de Janeiro, contributed to economic growth and whether economic development. One of the assessment tools used initially was method used by the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (FIRJAN), the Municipal Development Index FIRJAN (IFDM). Then, we used time series of employment, revenues from municipal taxes, and other social indicators (employment and income, health and education) assessment of growth and economic development of the region highlighted. In the results presented was possible to verify the occurrence of economic growth with heterogeneous characteristics (different rates among municipalities). As economic development evaluation was also heterogeneous, both among municipalities and between social indicators. This was bibliographical and documentary that sought to contribute to the study of regional economic development in Brazil.

Keywords: Growth. Economic Development. Tax Incentives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Distribuição das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro	48
Figura 2 – Mapa de Distribuição das microrregiões no Estado do Rio de Janeiro	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Três dimensões do IDH	42
Tabela 2 – Composição do IFDM	44
Tabela 3 – Comparação IFDM x IDH	44
Tabela 4 – Indicadores do crescimento econômico	54
Tabela 5 – Indicadores do desenvolvimento econômico	55
Tabela 6 – ICMS - Municipal	58
Tabela 7 – Receita corrente	59
Tabela 8 – Investimento	60
Tabela 9 – PIB (Produto Interno Bruto)	62
Tabela 10 – PIB <i>per capita</i>	64
Tabela 11 – IFDM base 2009 - Edição 2011	65
Tabela 12 – Variação do IFDM entre 2000 a 2009	66
Tabela 13 – Comparação do IFDM	67
Tabela 14 – Ranking IFDM	67
Tabela 15 – Resultados do crescimento populacional	68
Tabela 16 – Gastos com Educação	70
Tabela 17 – Variação dos gastos com Educação	71
Tabela 18 – IFDM Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - Educação	73
Tabela 19 – Número de Estabelecimentos de Ensino	74
Tabela 20 – IFDM para Educação	74
Tabela 21 – Comparação do IFDM - Educação	75
Tabela 22 – IFDM para Emprego e Renda	76
Tabela 23 – Comparação do IFDM - Emprego e Renda	78
Tabela 24 – Estado do Rio de Janeiro - Microrregião de Três Rios: Admissões e desligamentos - 2004 a 2010	80
Tabela 25 – Estado do Rio de Janeiro - Microrregião de Três Rios: Admissões e desligamentos de 2004 a 2010 – saldo	80
Tabela 26 – Rendimento Médio Mensal	81
Tabela 27 – IFDM para Saúde	83
Tabela 28 – Comparação do IFDM - Saúde	84
Tabela 29 – Gastos com Saúde	85
Tabela 30 – Variação dos gastos com Saúde	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume de investimento da Microrregião de Três Rios	61
Gráfico 2 – Crescimento Populacional: 2000 a 2010	68
Gráfico 3 – Percentual dos gastos da educação em relação à arrecadação tributária em 2010	72
Gráfico 4 – Variação da criação de emprego: 2004 a 2010	80
Gráfico 5 – Variação salarial: 2004 a 2010	82
Gráfico 6 – Gastos em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada: 2010	86

LISTA DE ABREVIATURAS

FREMF – Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
CEPERJ – Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ICP – Índice de Corrupção Percebida
CTA – Centro Tecnológico da Aeronáutica
PIBpm – Produto Interno Bruto a preços de mercado
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ICV – Índice de Condições de Vida
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	15
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	16
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	18
2.2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	29
2.2.1 A teoria dos polos de crescimento: F. Perroux e J. R. Boudeville	29
2.2.2 Desenvolvimento econômico e o processo de causação circular cumulativa: a lógica G. Myrdal	31
2.2.3 Desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento sob a ótica de A. O. Hirschman	33
2.2.4 A teoria da base de exportação de D. C. North	35
2.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	37
2.4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	40
2.4.1 Classificação	43
2.5 O ESPAÇO	45
2.6 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	47
2.7 OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TRÊS RIOS	49
3 PROPOSIÇÃO	51
4 MÉTODO	52
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	58
5.1 ANÁLISE DOS DADOS ECONÔMICOS	59
5.2 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	64
5.3 POPULAÇÃO	68
5.4 EDUCAÇÃO	69
5.5 EMPREGO E RENDA	76
5.6 SAÚDE	82
6 CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão teve a intenção de avaliar as políticas relacionadas ao crescimento e ao desenvolvimento econômico da microrregião de Três Rios, que se encontra no estado do Rio de Janeiro. Em meados da década de 1990 foi retomada a discussão sobre o desenvolvimento econômico, contudo, havia a necessidade de se definir a forma e o modelo de desenvolvimento a respeito disso.

Vale salientar que, ao longo da História do Estado do Rio de Janeiro, foram usados modelos de desenvolvimento que geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais, como no interior do estado, onde ocorreu o esvaziamento como um grande reflexo do modelo adotado até então. O Centro-Sul Fluminense, que apresentou tal evasão, era uma das regiões que apresentava índices elevados de pobreza, além de pouca dinâmica do poder estadual.

No ano de 2006, o governo do estado do Rio de Janeiro iniciou um programa de incentivos fiscais, objetivando o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico de vários municípios, sendo que, sem uma política econômica estadual, para muitos municípios crescer economicamente seria uma tarefa difícil, face às dificuldades de atratividade para empresas e falta de investimento em infraestrutura.

No sentido da melhoria dos municípios, o estado criou o Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMFL), com o objetivo de financiar empreendimentos geradores de emprego e renda nos setores da indústria, agroindústria, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, serviços e comércio atacadista, pois estes eram considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do estado e dos municípios abrangidos pela lei.

Para complementar o programa de incentivos fiscais através de lei, o estado do Rio de Janeiro fez uma redução no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na parte pertinente ao estado, para que as empresas instalassem unidades nos municípios Fluminenses.

Sendo assim, o trabalho em questão pretendeu avaliar os efeitos econômicos, como o crescimento e desenvolvimento econômico, na microrregião de Três Rios no Centro-Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, além disso, teve como base de pesquisa a política de incentivos fiscais e o ano de 2004.

O trabalho teve a intenção de contribuir para o debate sobre o tema proposto ao explorar a discussão da política de desenvolvimento e apresentar

resultados a partir de indicadores socioeconômicos, para assim, incentivar os estudos de políticas de desenvolvimento regional.

1.1 PROBLEMA

Em meados da década de 1990 foi retomada a discussão sobre o desenvolvimento econômico, mas havia a necessidade de se definir a forma e o modelo de desenvolvimento a respeito disso.

É importante destacar que, ao longo da História do Estado do Rio de Janeiro, foram usados modelos de desenvolvimento que geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais, fato ocorrido no interior do estado, onde ocorreu o esvaziamento como um grande reflexo do modelo adotado até então. O Centro-Sul Fluminense, que apresentou tal evasão, era uma das regiões que apresentava índices elevados de pobreza, além de existir ali pouca dinâmica do poder estadual.

No sentido da melhoria dos municípios, no ano de 2006 o governo do estado do Rio de Janeiro iniciou um programa de incentivos fiscais, que se trata do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREM). Este programa visa o financiamento de empreendimentos geradores de emprego e renda nos setores da indústria, agroindústria, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, além de serviços e comércio atacadista, requisitos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do estado e dos municípios abrangidos pela lei. Entretanto, sem uma política econômica estadual para muitos municípios, crescer economicamente seria uma tarefa difícil, face às dificuldades de atratividade para empresas e falta de investimento em infraestrutura.

Para complementar o programa de incentivos fiscais através de lei, o estado do Rio de Janeiro fez uma redução no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na parte pertinente ao estado, para que as empresas instalassem unidades nos municípios Fluminenses.

Sendo assim, este estudo pretende responder às seguintes questões: Uma vez implantada essa política, quais foram os resultados projetados e alcançados, mesmo considerando-se um período de tempo reduzido, para resultados econômicos e sociais, ocorreu crescimento da economia local? Neste contexto: A análise dos indicadores econômicos e, em seguida, os indicadores sociais, demonstraram no primeiro plano da pesquisa a ocorrência do crescimento econômico? O que, em termos econômicos, significou a geração de riqueza por parte dos agentes econômicos, ou seja, unidades produtoras? E, além disso: Essa

riqueza gerada e acumulada no primeiro plano significou uma melhoria na qualidade de vida da população local, ocorrendo desenvolvimento econômico?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar a ocorrência de desenvolvimento econômico na Região Centro-Sul Fluminense, nos Municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios, todos no estado do Rio de Janeiro, a partir da implantação dos incentivos fiscais.

1.2.2 Objetivos específicos

Verificar se a política de incentivos fiscais representou geração de emprego local; avaliar o crescimento econômico dos municípios da Região Centro-Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, a partir da implantação efetiva dos incentivos fiscais e, além disso, apresentar os principais indicadores sociais da Região Centro-Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo pretende avaliar o crescimento e o desenvolvimento econômico da microrregião de Três Rios no Centro Sul Fluminense (Municípios: Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios) no Estado do Rio de Janeiro, no período de 2004 a 2010, utilizando os indicadores usados na apuração do índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Serão utilizados séries históricas de nível de emprego, arrecadação de tributos municipais, e outros indicadores sociais (PIB per capita, gastos com educação, educação), na avaliação

do crescimento e do desenvolvimento econômico da região em destaque, a partir da implantação no município do programa de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2005.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Este estudo se faz importante porque os estados brasileiros buscam, nos últimos anos, mecanismos para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico. Para isso, eles usam de seus dispositivos constitucionais, como a política fiscal e a política tributária que, em um primeiro plano, alcança resultados significativos, gerando emprego, acumulando riqueza e trazendo uma maior visibilidade econômica para municípios e estados.

Ao desenvolver este trabalho, as questões abordadas visam contribuir para o debate permanente sobre os temas: o crescimento econômico tendo a política fiscal (renúncia fiscal) como agente de provedor; as teorias de desenvolvimento econômico a partir do crescimento econômico e usar os indicadores sociais na comprovação da melhoria da qualidade de vida da uma determinada população em certo espaço.

Procurou-se demonstrar, também, a política de desenvolvimento baseada nos incentivos fiscais, apresentado resultados a partir de indicadores socioeconômicos durante os anos de 2004 a 2010, com isso, os resultados apresentados têm a intenção de contribuir no debate sobre os estudos de políticas de desenvolvimento regional.

Para avaliar o crescimento e o desenvolvimento econômico da referida microrregião, foram pesquisados os indicadores usados na apuração do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Portanto, para essa avaliação, serão utilizadas séries históricas de nível de emprego, arrecadação de tributos municipais, e outros indicadores sociais (PIB per capita, gastos com educação, educação).

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O capítulo 2 tratará da Revisão da Literatura e será feita uma discussão teórica a respeito dos conceitos de espaço, além de conceitos e pensamentos sobre o desenvolvimento local. Serão apresentadas, também, as teorias do desenvolvimento regional (teoria dos polos de crescimento, desenvolvimento econômico e o processo de causação circular cumulativa, desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento sob a ótica de Albert Otto Hirschman e a teoria da base de exportação de D. C. North) e os pensamentos de François Perroux e Jacques R. Boudeville, finalizando com comparação e a discussão teórica sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico, tendo a abordagem e visão de vários autores e teóricos.

No capítulo 3 será feita uma explanação a respeito da proposição em relação a este trabalho.

No capítulo 4 os dados coletos serão apresentados e analisados: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), iniciando pelos dados referentes ao crescimento econômico (ICMS municipal, receita corrente, investimento, volume de investimento da microrregião, Produto Interno Bruto (PIB) e seguido pelos dados referentes ao desenvolvimento econômico: PIB *per capita*, gastos com educação, IFDM - educação, número de estabelecimentos de ensino, IFDM - edição 2012, variação do IFDM entre 2000 a 2010, IFDM - emprego e renda, IFDM - saúde.

Para finalizar, no capítulo 5 serão demonstrados os resultados, onde cada um será analisado, individualmente, no universo dos municípios e da microrregião.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na questão do crescimento e do desenvolvimento econômico regional, o entendimento, em primeiro lugar, é a ocorrência do crescimento econômico como gerador de riqueza, para que essa riqueza possa proporcionar o desenvolvimento econômico de uma determinada região. Isso caracteriza uma melhoria da qualidade de vida da população, ou seja, a riqueza que no primeiro momento foi resultado do crescimento da atividade econômica.

No século XX, a economia neoclássica direcionava suas preocupações para os aspectos microeconômicos, com isso, a questão do desenvolvimento econômico foi deixada de lado. De qualquer maneira, é importante destacar os trabalhos desenvolvidos por F. Ramsey e a teoria do desenvolvimento econômico escrita por J. Shumpeter em 1911, que destaca o crescimento e o desenvolvimento econômico. A teoria destaca ainda que o crescimento tem foco no aumento da produção de bens e serviços, que contribuem para a geração de riqueza, o que caracteriza o crescimento econômico.

Furtado (2006) destaca que o crescimento econômico é uma condição necessária, porém insuficiente para o pleno desenvolvimento. Por conseguinte, o pleno desenvolvimento deve, necessariamente, representar, a melhoria substancial das condições de vida da população.

O ponto de partida do processo de reconstrução deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso o desenvolvimento futuro não se alimentará da autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação. (FURTADO, 2006, p. 26)

Para Cardoso (1997) as taxas de crescimento de longo prazo são denominadas de crescimento tendencial. Assim, ocorre uma dependência da taxa do crescimento populacional, do crescimento de bens de capital, bem como dos níveis de importação que ajudam a financiar em longo prazo, o crescimento da

produtividade. Não existindo limitações de bens de capital e importações, o crescimento tendencial deverá sustentar o pleno emprego na economia.

Uma das conclusões óbvias é que o crescimento econômico, por si só, não traz automaticamente o desenvolvimento. Na prática, a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento, ainda não está com suas variáveis equilibradas; ela ainda desafia os economistas questionando se o desenvolvimento socialmente justo estaria realmente na contramão do crescimento econômico. (VECCHIATTI, 2004, p. 90)

Furtado (1974) acredita que a ideia de desenvolvimento econômico seja simplesmente um mito. Segundo ele, graças a essa ideia tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-lo em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

É cabível a contribuição de Sachs (2001, p. 157-158) ao enfatizar o fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico e, portanto, não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de uma maneira que possa minimizar os impactos ambientais negativos e, além disso, colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento.

Sabe-se que são necessárias taxas mais altas de crescimento econômico para acelerar a reabilitação social, uma vez que é mais fácil operar nos acréscimos do Produto Nacional Bruto (PNB) do que distribuir bens e rendas numa economia estagnada. Dessa forma, convence-se de que se trata de uma propositura que extrapola a simples diferenciação semântica. De que forma poderia se pensar o desenvolvimento na sua complexidade, sem, no entanto, incorrer no erro de adotar uma linha teórica que, inevitavelmente, se mostrará limitada e distorcida? Os formuladores de políticas econômicas precisam pensar que é necessário utilizar meios constitucionais em relação às políticas monetária, fiscal, tributária e social, para que se obtenha uma sociedade mais justa, humana e incluyente.

De acordo com Furtado (1961), o desenvolvimento não se trata, apenas, de um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas, principalmente, de um caminho de acesso às formas sociais mais aptas a

estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. Portanto, dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Entretanto, quando o projeto social prioriza e efetiva a melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se modifica. Isso, na verdade, é resultado da realização de um projeto e a expressão de uma vontade política, já que as estruturas de países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução inercial, mas de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo.

Segundo Gadotti (2000, p. 58) a expressão “desenvolvimento humano” tem a vantagem de situar o ser humano no centro do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento humano, cujos eixos centrais são equidade e participação, ainda está em evolução, e se opõe à concepção neoliberal de desenvolvimento. O pensamento neoliberal conceitua desenvolvimento humano como sendo um processo no qual a sociedade apresenta melhora nos índices de qualidade de vida através de um aumento de bens e serviços que podem satisfazer as necessidades básicas e secundárias.

O conceito de desenvolvimento humano é muito amplo e, por vezes, ainda vago. As Nações Unidas, nos últimos anos, passaram a usar a expressão “desenvolvimento humano” como indicador de qualidade de vida fundados nos índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo.

Para Veiga (2005) o desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. Essa é uma ideia tão política quanto econômica, que vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia.

Ainda segundo Veiga (2005) o desenvolvimento pode ser medido e comparado a uma dada configuração projetada, mediante cada um dos indicadores e de seu conjunto. Ou seja, em vez de um duvidoso índice sintético, que pretenda expressar em um único número a complexidade do desenvolvimento, é preferível ter um conjunto integrado de indicadores.

Considerar a renda *per capita* em si não constitui um indicador que demonstra a ocorrência de desenvolvimento econômico, pois se considera as condições de vida da população de uma determinada região por este índice.

Vieira (2009) relata que a quantificação do desenvolvimento econômico constitui num grande desafio para os cientistas, já que os aspectos sociais são de difícil mensuração.

Os conceitos de desenvolvimento econômico endógeno passam pela ênfase dada às dinâmicas locais que precisam ser analisadas ao longo do tempo. A cultura local é definida por questões institucionais e sociais, aquilo que pode ser considerado essencial para a melhoria na qualidade em uma determinada localidade pode não ter valor algum em outra. (VIEIRA, 2009, p. 21).

A economia tem voltado seus estudos para as variações (ciclos econômicos), na busca de soluções permanentes do equilíbrio do nível de emprego e da renda. A economia como ciência irá tratar a administração dos recursos, sendo eles escassos e necessários ao homem, pela ótica do estudo das trocas, produção, da distribuição e pelo consumo.

Sanchez (1998) relata que mesmo tendo variações quanto aos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, eles estão interligados, pois no primeiro momento, existindo o crescimento econômico, poderá ou não, ocorrer o desenvolvimento econômico-social.

Os indicadores do crescimento econômico são diferentes em cada país. Contudo, havendo o crescimento econômico, ocorrerão necessariamente os seguintes indicadores: elevadas taxas de poupança interna, acumulação de capital, educação, política de crescimento econômico coerente, desenvolvimento de tecnologia e visão empreendedora. Além disso, o crescimento econômico como gerador de riqueza proporcionando, à sociedade, indicadores sociais de melhoria de vida, será traduzido em desenvolvimento econômico.

Para Alves (1998), o crescimento econômico é representado pelo aumento do volume de bens e serviços, que foram produzidos em um determinado país, mensurando a evolução do PIB, sendo que o PIB será o valor do total de bens e serviços produzidos no país no decorrer de um ano. Portanto, o desenvolvimento econômico será representado pela melhoria no padrão de vida da população.

Várias correntes teóricas diferenciam o desenvolvimento econômico do crescimento econômico. Primeiro, pelos aspectos qualitativos da economia que geram a melhoria no padrão de vida da população, e segundo, somente quantitativa, representado pelo aumento da produção de bens e serviços, disponíveis a

sociedade, sem reflexos na distribuição da renda. Nessa relação conceitual, o crescimento econômico será englobado e sustentado pelo desenvolvimento econômico. Assim, para dar sustento a essa relação, é necessário que haja qualidade na força de trabalho, políticas de desenvolvimento tecnológico, políticas sociais e políticas de financiamento.

Desenvolvimento econômico define-se pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade (SOUZA, 1999, p. 22).

O PIB é, entre os indicadores econômicos, o utilizado para a avaliação das atividades econômicas de países, regiões e municípios. Ao buscar dimensionar a economia, o PIB mostra o total da riqueza obtida na economia como um todo, como também discrimina os diversos setores. Ao traduzir a produção em valores, é possível uma análise quanto à riqueza gerada e como essa representação monetária está representada na população local, ou seja, a renda *per capita*.

As nações buscam sempre o desenvolvimento econômico, tendo como estágio o crescimento econômico, e o Brasil não é exceção, já que busca sempre o seu desenvolvimento. Para atingir esse objetivo, os estados acompanham as tendências nacionais.

Estudos e teorias abordam o crescimento e o desenvolvimento econômico e argumentam sobre a melhoria na qualidade de vida da população. Na abordagem clássica, a consideração inicial é pelo significado dos termos, outra corrente, que utiliza estudos empíricos, considera crescimento econômico fator indispensável ao desenvolvimento econômico.

Para Barqueiro (2001) o sistema produtivo em um determinado país irá aumentar e transformar-se utilizando os potenciais de desenvolvimento disponíveis num determinado espaço geográfico (região), tendo sido realizado investimentos públicos e/ou privados e controlado pelos agentes locais. Baseando-se na teoria do desenvolvimento endógeno, as características locais favorecerão o crescimento econômico e as demais mudanças regionais. Nessa abordagem, três questões devem ser consideradas: a conceituação de desenvolvimento, os mecanismos disponíveis e a atuação dos agentes econômico-sociais.

O crescimento econômico utiliza de indicadores quantitativos, enquanto o desenvolvimento considera também os fatores qualitativos.

Crescimento econômico. Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, a proporção da receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. (SANDRONI, 1985, p. 99-100).

Souza (2005) relata que a ideia do crescimento econômico pela distribuição direta da renda, entre os detentores dos fatores de produção, engrena de forma automática a melhoria nos padrões de vida, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Contudo, deve-se observar que o desenvolvimento econômico não poderá ser confundido com o crescimento econômico, pois a riqueza gerada, em vários casos, não se dá de forma homogênea no total da população. O fato é que, mesmo que a economia obtenha taxas de crescimento altas, o desemprego pode não estar decrescendo proporcionalmente ao crescimento, já que fatores tecnológicos (robotização e informatização) estão presentes.

No crescimento econômico podem ocorrer efeitos prejudiciais, tais como:

- a) a transferência do excedente de renda para outros países que reduz a capacidade de importar e de realizar investimentos, e a apropriação desse excedente por poucas pessoas aumenta a concentração da renda e a riqueza;
- b) os baixos salários que limitam o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo popular, bloqueando a expansão do setor de mercado interno;
- c) as dificuldades para implantação de atividades interligadas às empresas exportadoras ou de mercado interno.

Quanto aos indicadores de desenvolvimento econômico, Souza (2005) relata que, além da renda *per capita*, outros indicadores são considerados em relação à melhoria dos padrões de vida da população, como alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e qualidade do meio ambiente. As medidas utilizadas na erradicação da pobreza podem ser fundamentais quando a parcela da população de pessoas carentes for grande.

Enquanto a corrente cepalina atribui o subdesenvolvimento à assimetria das relações internacionais e a causas bloqueadoras internas, como a concentração da propriedade e da renda, economistas de raízes neoclássicas consideram esses fatores menos relevantes e centram sua atenção na acumulação de capital e na adoção de inovações tecnológicas. Para esses economistas, o desenvolvimento deriva do crescimento industrial acelerado e de transformações estruturais, que estão intimamente associadas com a criação de atividades diretamente produtivas e a implantação de infraestruturas econômicas e sociais assim como por combinações mais eficientes dos fatores produtivos. (SOUZA, 2005, p. 176).

Em relação ao grau de desenvolvimento de uma nação, Passos e Nogami (2005), tendo como base as definições do Banco Mundial, descrevem os indicadores tradicionais de desenvolvimento da seguinte forma: vitais (esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, estrutura etária da população e taxa média anual de crescimento populacional); econômicos (estruturais: força de trabalho, recursos naturais, capital, estrutura de produção e estrutura de distribuição da renda; disponibilidade de bens; serviços: renda *per capita*, bens básicos de consumo, bens produtivos e insumos, serviços básicos e serviços sociais; e sociais: estrutura social, mobilidade social, representação no sistema político, participação social e sistema de concentração da propriedade). Na defesa dos direitos humanos e em relação à consciência da importância do homem no contexto econômico, os indicadores utilizados são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Corrupção Percebida (ICP).

Singer (1982) define o crescimento econômico em um sentido amplificado, considerando o aumento contínuo do PNB no tempo e em termos reais. Já no sentido restrito, o crescimento econômico é observado pelo aumento do produto *per capita* em determinado tempo.

Desenvolvimento econômico, no sentido que se dá mais comumente a esta expressão, é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país. Este processo consiste principalmente: a) numa nova divisão do trabalho entre cidade e campo, ou seja, na concentração na primeira de todos (ou quase todos) ramos manufatureiro, restando no campo apenas a atividade agrícola, na qual se especializa aquela parte da população que ali permanece; b) na aplicação, tanto às atividades transferidas à cidade como à agricultura, da tecnologia criada pela revolução industrial e, a partir dela, aperfeiçoar.

No processo de desenvolvimento, assim definido, já se acham implícitos os fenômenos socioeconômicos que necessariamente o acompanham: transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural, elevação do seu nível cultural etc. (SINGER, 1982, p. 38).

No desenvolvimento econômico existe uma alteração em relação à participação relativa dos setores da economia (agrícola, indústria e serviços) no PIB nacional. No padrão denominado “normal” de desenvolvimento de certa economia há uma previsão de que, no estágio de industrialização, a mecanização do setor agrícola lidere em mão de obra para parte da indústria e para o setor e serviços. Em continuidade com esse ciclo econômico, a demanda pelos bens manufaturados irá crescer, face ao aumento da renda e da produtividade industrial, favorecendo a manutenção do nível de emprego no setor industrial.

O crescimento da produtividade industrial conjugado como o aumento da demanda pelos produtos manufaturados terá, na próxima etapa, uma desaceleração do setor industrial, o que favorecerá o setor de serviços com a liberação de mão de obra. Em países com grandes populações a indústria é a fonte básica de crescimento econômico.

Industrialização – processo histórico-social por meio do qual a indústria fabril se torna predominante d economia de um país. Começou na Inglaterra com a revolução industrial, espalhando-se depois por Europa, Estados Unidos e Japão. Embora em certos casos (como o Brasil) se inicia com a implantação da indústria leve (produtos alimentícios e têxteis), o processo de industrialização caracteriza-se pela formação de um núcleo de indústria pesada, produtora de matérias-primas básicas e de máquinas-ferramenta (indústria de base) e alimentadora de todo o parque industrial. O processo de industrialização corresponde a um intenso desenvolvimento urbano (urbanização) e do setor de serviços, particularmente o relacionado com as atividades comerciais e financeiras. Tem como pressuposto a existência de mercado interno e capitais disponíveis para serem investidos nas atividades industriais. (SANDRONI, 1996, p. 240).

Objetivando o desenvolvimento dos diversos setores da economia, os agentes governamentais utilizam de alguns instrumentos constitucionais na promoção do crescimento econômico, entre eles destacam-se os chamados incentivos fiscais, pois, desta forma, o estado abrirá mão de parte de sua arrecadação para que as organizações possam investir.

Os incentivos fiscais utilizados pelas empresas fazem parte de programas governamentais que visam o crescimento e desenvolvimento econômico de regiões (estado, microrregiões e cidades) e, assim, diminuir a desigualdade social existente, sendo feito através da criação de posto de emprego com o objetivo de mudar o padrão de vida da população.

Fabretti (2005) esclarece que extrafiscalidade é a denominação técnica para renúncia fiscal, sendo caracterizada de várias formas, tais como: redução da base de cálculo sobre a qual o imposto tem incidência, redução da alíquota do imposto e concessão de crédito presumido ou diferenciado em função do prazo de recolhimento.

A política econômica é caracterizada pelo conjunto de ações e medidas tomadas pelo governo, podendo ser nacional e/ou local. Além disso, tem seu objetivo focado nos mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, e seus efeitos são imediatos na economia e no campo social.

A função estabilizadora do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços ao ocorrem de maneira automática. Essa intervenção é feita por meio de instrumentos de política fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas, amplamente discutidos [...].

Algumas publicações da área de finanças públicas destacam uma quarta função do setor público: a função de crescimento econômico, que diz respeito às políticas que permitiram aumentos na formação de capital. Ou seja, a atuação do Estado, tanto no tocante aos investimentos públicos (fornecimento de bens públicos, infraestrutura básica) como os incentivos e financiamentos para estimular os investimentos do setor privado, está voltada para o crescimento econômico de longo prazo. Em certo sentido, a função de crescimento não seria diferente da função alocativa do setor público. (VASCONCELLOS E GARCIA, 2004, p. 195)

O incentivo fiscal como instrumento de política fiscal e, conseqüentemente, como crescimento econômico, foram utilizados por vários estados brasileiros.

Política fiscal se traduz pela técnica na elaboração do orçamento público. A elaboração do orçamento, em cada exercício, aponta as fontes arrecadação e os gastos a serem efetuados. Atinge diretamente a atividade econômica como um todo, estimulando a produção e o crescimento econômico. (GASTALDI, 2006, p. 454).

Ricci (2007), em seu trabalho sobre os benefícios fiscais no Vale do Paraíba Paulista, destaca que os estímulos federais na década de 1950 favoreceram a implantação de um importante centro de pesquisa e desenvolvimento, o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), possibilitando a instalação de um parque industrial.

Consideram-se benefícios fiscais as medidas de caráter excepcional instituída pela tutela de interesses públicos extra fiscais relevantes, que sejam superiores aos da própria tributação que impedem. São benefícios fiscais as isenções, as reduções de taxas, as deduções à matéria coletável e à coleta, as amortizações e reintegrações aceleradas e outras medidas fiscais que obedecem às características enunciadas no número anterior.

Os benefícios fiscais são considerados despesas fiscais, as quais podem ser previstas no Orçamento do Estado ou em documento anexo e, sendo caso disso, nos orçamentos das Regiões Autônomas e das Autarquias Locais. (EBF, 2012)

Ricci (2007) relata que a instalação de unidades industriais obteve apoio do poder municipal e que, inicialmente as indústrias eram de propriedade dos empresários locais. Contudo, no decorrer dos anos, ocorreu um processo de aquisição dessas empresas pelo capital transnacional, retirando da direção das indústrias os empresários locais e transferindo para o exterior as decisões sobre investimentos. Com isso, ocorreu a exportação dos capitais excedentes (lucro) e o deslocamento da riqueza acumulada.

Mesmo assim, a política de atração de investimentos prioriza o capital industrial transnacional, fruto de uma cultura enraizada na população e que apoia o poder público que se propõe a continuar incentivando-o em detrimento de outras políticas, como o apoio às microempresas e outros setores de atividade, como o turismo, a agricultura etc. (RICCI, 2007, p. 149).

Brandão (2009) alerta que o uso dos subsídios fiscais (incentivos fiscais) é usado por grandes empreendimentos e, com isso, determinam as melhores localizações e benefícios adicionais, pois os agentes públicos ainda focalizam nas grandes plantas industriais, que utilizam o modelo fordista.

Ao avaliar o crescimento econômico, é importante destacar o nível de emprego, a ampliação e a manutenção dos pontos de trabalho, que representam fatores importantes no desenvolvimento econômico, evidenciando a elevação no padrão de vida da população. Mendes (2009) considera que a produção, quando cresce acima da taxa populacional, a produção por pessoa (*renda per capita*) estará aumentando. Sendo fator importante na geração de emprego, a expansão da produção eleva o nível de emprego.

A remuneração dos fatores de produção é denominada “renda”. Para Silva e Sinclayr (2001) três aspectos são considerados. Primeiro, que a renda não é distribuída de forma homogênea entre as regiões do país; segundo, que a

distribuição se dá entre os habitantes (renda *per capita*) e em terceiro, a distribuição entre os fatores de produção.

Renda per capita. Literalmente, “renda por cabeça”. Em economia, indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país, obtido a partir da divisão da renda total pela população. Embora útil, oferece algumas desvantagens, pois, tratando-se de uma média, esconde as disparidades na distribuição da renda. Assim, um país pode ter uma renda per capita elevada, mas uma distribuição muito desigual dessa renda. Ou, ao contrário, pode ter uma renda per capita baixa, mas uma renda bem distribuída, não registrando grandes disparidades entre os ricos e pobres. (SANDRONI, 1985, p. 450).

Os indicadores econômicos estudados foram coletados no endereço eletrônico oficial do Estado do Rio de Janeiro, na seção do CEPERJ. Os dados estatísticos e macroeconômicos foram separados para analisar, primeiro, o crescimento econômico e, em seguida, se ocorreu o desenvolvimento econômico da microrregião de Três Rios (municípios de: Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios).

Os indicadores selecionados para analisar o crescimento econômico foram: Valor adicionado bruto por atividade (Indústria), Valor adicionado bruto por atividade (Serviços) e Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm).

Para verificar a ocorrência de desenvolvimento econômico, os dados coletados foram: população, PIB *per capita*, nível de emprego e nível de renda do trabalhador.

Na análise dos dados foi realizada uma comparação entre os indicadores totais do estado, os indicadores da cidade do Rio de Janeiro e os cinco municípios da microrregião de Três Rios, considerando os anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. No ano de 2006 foi implantada a política de incentivos fiscais pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, considerado dois anos antes e dois após o início da política.

Dentre os indicadores de crescimento econômico, o setor industrial foi analisado pelo impacto causado na economia local e regional. Para a análise da indústria, foram utilizados dados entre os anos 2004 a 2010. Contudo, no ano de 2006 o Estado do Rio de Janeiro implantou uma política de incentivos fiscais objetivando o crescimento e o desenvolvimento econômico.

A escolha da microrregião de Três Rios foi em função do conhecimento da realidade dos municípios e pela disponibilidade das prefeituras dos cinco municípios em contribuir, através de informações, para a realização da pesquisa.

2.2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.2.1 A teoria dos polos de crescimento: F. Perroux e J. R. Boudeville

Uma determinada região pode produzir efeitos nas extremidades, sejam eles positivos ou negativos, através de suas forças. A partir deste princípio, a teoria dos polos de crescimento pode auxiliar no entendimento da microrregião estudada, pois a composição dos municípios apresenta características heterogêneas.

Nos estudos desenvolvidos por Perrroux e Boudeville, uma unidade produtora (indústria), tem seu funcionamento distribuído espacialmente em três pontos econômicos. O primeiro ponto é a localização de seus insumos, matéria-prima e recursos humanos, e onde são estabelecidas e realizadas as relações econômicas, sendo que esse espaço poderá se deslocar a qualquer tempo. O segundo ponto se refere à constituição de centros (polos), onde as forças de atração atuarão na intenção de atrair as necessidades e/ou recursos para atender a essa organização que, ao mesmo tempo, exercerá suas forças. O terceiro ponto se refere à homogeneidade da unidade produtora com as demais unidades e as estruturas locais.

Perroux (1967), após definir o conceito de espaço econômico, trata da análise do crescimento.

O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidade variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.(PERROUX, 1967, p. 164).

O crescimento tem aspectos importantes, pois as alterações estruturais que ocorrem na economia de um país estão ligadas ao surgimento e

desaparecimento de unidades produtoras. Além disso, as taxas de crescimento sofrem alteração no decorrer de determinado tempo, em função do número de unidades produtoras, e que o aparecimento de uma nova unidade produtora é decorrente de fatores como preço, mercado, demanda e políticas públicas.

Algumas empresas exerceram um papel de forças motrizes nas taxas de crescimento, pois elas utilizaram novas técnicas e processos, que teve influência positivamente na economia nacional. Um exemplo a respeito disso é a indústria automobilística no Brasil, nos anos 70 e 80, que foi a principal base de avaliação do crescimento da economia.

O aparecimento duma ou várias indústrias altera a atmosfera de uma época, cria um clima favorável ao crescimento e ao progresso [...] a novidade introduz variáveis diferentes e (ou) suplementares no horizonte econômico e nos projetos dos sujeitos econômicos e grupos de sujeitos econômicos dinâmicos: tem um efeito estabilizador. (PERROUX, 1967, p. 170).

Logo, a unidade produtora como unidade motriz ou conjunto de unidades formarão um polo de desenvolvimento, irradiando suas forças sobre as demais unidades produtoras e a sociedade como um todo.

O crescimento e o desenvolvimento dum conjunto de territórios e de população não serão, por conseguinte, conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos do polo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento duma indústria ou duma atividade em crescimento duma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado (PERROUX, 1967, p. 194).

Em relação ao desenvolvimento nacional, a produção e a riqueza gerada no polo são importantes, não só na abrangência da região, mas também nos impactos causados no país, produzindo efeitos de multiplicidade em outras regiões.

O estudo da polarização pode esclarecer o potencial diferenciado de espaços particulares, averiguando as complementaridades e as hierarquias subjacentes ao processo. Analisar o alcance e a esfera de influência do polo, detectar as interdependências das atividades e decisões dos agentes econômicos, mapear a atuação de um arranjo de forças central, dos núcleos de mais alto nível (polos de onde emanam decisões cruciais) e a repercussão em seus complementos periféricos, que são tributários, são tarefas-chaves para estruturar o campo temático dos estudos regionais e urbanos. O que deve ser retido da importância do estudo dessa força polarizadora é a existência de uma força de interação entre os nós (centros com autonomia de decisão) em torno dos quais gravitam espaços "satelitizados", com baixo poder autônomo e endógeno de decisão. (BRANDÃO, 2009. p. 81 e 82).

Portanto, é necessário um processo de transformação de toda a sociedade, no sentido de que o crescimento seja real e permanente e, além disso, que todos os elementos da região ou território presentes sejam atingidos pela contribuição e pelos resultados.

Boudeville (1970) ressalta a importância de uma política regional, para orientar e direcionar o desenvolvimento dos polos e dos centros urbanos, sendo que todas as ações deverão estar integradas com uma política nacional, buscando um equilíbrio entre as regiões e os territórios. Além disso, ele sugere que cada um pode contribuir e centrar sua produção em fatores locais favoráveis.

Para melhor compreensão, o autor compara a relevância dos centros urbanos e as bacias fluviais no processo de integração nacional, considerando a posição estratégica (Ex: Vale do Tennessee e Vale do São Francisco). A intervenção ocorre em vários pontos com a coordenação de transportes, energia, serviços, serviços públicos, educação e saúde, sendo esse impacto condicionado à estrutura de mercado e aos coeficientes de polarização desses pontos, o que não ocorre nos países subdesenvolvidos pela ausência de políticas nacionais.

2.2.2 Desenvolvimento econômico e o processo de causalção circular cumulativa: a lógica G. Myrdal

A questão da dinâmica regional é analisada de forma intuitiva por Myrdal (1957). O autor procurou evidenciar as distorções econômicas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos sendo que, para isso, o instrumento utilizado foram os níveis de renda (alto para os desenvolvidos e baixos para subdesenvolvidos), incluindo a integração nacional e volume de investimento. Além disso, ele usou como referência os países desenvolvidos da Europa Ocidental e África e os países subdesenvolvidos da América Latina.

Uma observação a ser considerada foi a ocorrência de regiões estagnadas em países desenvolvidos e, em países subdesenvolvidos, a ocorrência de regiões prósperas.

As conclusões iniciais do autor foram as seguintes: número pequeno de países com economia muito favorável, e um grande número de países com

economias desfavoráveis; nos países desenvolvidos o desenvolvimento econômico é contínuo, ocorrendo o inverso nos países subdesenvolvidos; nas últimas décadas ocorreu um distanciamento entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e esse fenômeno também ocorreu dentro dos países nas suas regiões.

Para Myrdal (1957), a teoria econômica não dispunha de ferramentas para lidar com a situação das diferenças regionais, pois a estabilidade, somente, era insuficiente para compreender o todo da complexidade da economia. Para ele, separar fatores econômicos e não econômicos não era suficiente, pois os fatores só explicam o processo econômico.

Myrdal desenvolve a teoria explicando a dinâmica regional entre e, também, no interior dos países, utilizando o processo “causação circular cumulativa”, em que o sistema econômico se apresenta instável e desequilibrado.

Usa-se a noção de ciclo vicioso, ou seja, um processo de ações repetitivas, para explicar o processo circular e cumulativo, em que um fator negativo é considerado causa e efeito dentre outros fatores. O processo cumulativo poderá ter duas direções (positiva e negativa), e esse mesmo processo, caso não seja regulado, tenderá a aumentar as disparidades regionais.

Em um processo de causação circular é possível explicar uma série de relações sociais, tais como a saída de uma unidade produtora em determinada localidade. Assim, imediatamente alguns efeitos são percebidos, como desemprego, queda na renda e, além disso, uma retração na demanda. Nos desdobramentos dessa situação a renda *per capita* diminui e ocorre uma queda geral na demanda por produtos e serviços, ocorrendo o processo de “causação circular cumulativa” num ciclo vicioso. Caso não ocorram mudanças de fora para dentro, ou seja, exógenas, a região terá mais declínio na sua atividade econômica e social. A mesma análise pode ser feita quando há um aumento da carga tributária sobre a produção.

Myrdal (1957) ressalta a importância da integração nacional e da sociedade organizada, pois atuações públicas contrabalançam e/ou neutralizam o funcionamento do sistema de causação circular cumulativa, diminuindo as distorções entre as regiões. Assim, a implantação de uma nova unidade produtora ou a alteração na carga tributária (redução) tem como resultado oportunidades de emprego, aumento da renda, procura por produtos e serviços, o que contribui para o aumento da atividade econômica e eleva as taxas de captação de poupança e investimentos.

Vale salientar que o processo de causação circular cumulativa poderá e será afetado conforme as medidas políticas adotadas pelos agentes públicos (governo). Uma política nacional é, antes de tudo, um conjunto de ações que os agentes públicos utilizam para promover o crescimento e o desenvolvimento. Portanto, este plano precisa ser realizável e que não busque, apenas, alocação de recursos financeiros, já que muitos desses projetos não irão produzir lucro individual e para alguns grupos, irão contribuir para a competitividade da economia, permitindo o desenvolvimento não apenas no presente, mas também no futuro. Como resultado, deverá ocorrer o aumento da renda *per capita* e da produção, como funciona no processo de causação circular cumulativa.

É importante acrescentar que a intervenção no mercado é necessária, pois muitas regiões necessitam de ações exógenas, no sentido de superar as ações inerciais presentes, gerando forças contrárias à realidade para que se obtenha o desenvolvimento sustentado.

2.2.3 Desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento sob a ótica de A. O. Hirschman

Hirschman (1958) analisou o processo de desenvolvimento econômico e como esse processo pode ser usado em outra região ou país. No aprofundamento de seu trabalho ele procurou, nas outras teorias de desenvolvimento econômico, uma forma para transferências de processos de uma localidade para outra, porém, não obteve êxito, pois os ciclos viciosos possuíam muita complexidade. A partir disso, o estudioso desenvolveu a teoria direcionada na essência do progresso do desenvolvimento econômico, considerando que o desenvolvimento ocorre desordenadamente, ou seja, não ocorre em todas as localidades ao mesmo tempo, e, além disso, tende a concentrar-se no ponto inicial, constituindo assim a base da análise teórica. O desenvolvimento deve ser planejado e ter estratégias direcionadas, analisando o uso dos recursos quanto à disponibilidade e direcionando a formação de capital complementar em atividades baseadas nos potenciais locais.

Outro ponto que Hirschman procurou analisar se refere à relação aos investimentos nos países subdesenvolvidos, como eles se originam e sua evolução.

O investimento é essencial para o desenvolvimento econômico, com isso, os setores avançados tecnologicamente tendem a contribuir na formação, e assim, países subdesenvolvidos tendem a ter o mesmo investimento, e países mais desenvolvidos demandam mais capital empregado, constituindo o ciclo vicioso de “quem tem mais gera mais”. Com isso, os demais países ficam com parcelas menores, aprofundando as condições econômicas restritas e se distanciando dos países desenvolvidos, que por questões de manutenção de seu desenvolvimento não permitem saída de capital para outros países.

Essa situação justificaria uma intervenção nos países subdesenvolvidos, no sentido de criar mecanismos empreendedores para auxiliar na formação de capital para investimento e promover o desenvolvimento.

Desta forma, as decisões sobre investimentos são o foco principal da teoria formulada por Hirschman, constituindo o ponto central da política econômica local. O desenvolvimento requer um conjunto de projetos que sejam geradores de fluxo de renda, no conjunto de atividades públicas e privadas (serviços e administração pública, indústria, comércio, educação, saúde, infraestrutura urbana), sendo que os investimentos locais são escassos, daí a necessidade de um planejamento focado no desenvolvimento local.

Tal planejamento estabelecerá uma relação das atividades, atividades estas que deverão, primeiramente, gerar um fluxo de renda que contribua na formação de capital para um contínuo fluxo de investimento, gerando condição para o surgimento de novas unidades produtoras que darão sequência ao ciclo de formação de capital para investimento e, assim, fortalecer as bases na manutenção no desenvolvimento econômico.

Para Hirschman (1958), uma política econômica nacional tem condições de influenciar nas taxas de crescimento econômico em diversas partes do país usando de recursos públicos. Foram detectadas três formas de alocar recursos públicos: dispersão, concentração em áreas de expansão e concentração em áreas estagnadas. Nos países subdesenvolvidos e diante da escassez dos recursos públicos, a forma mais usada é a dispersão. O autor sugere que os recursos públicos deveriam ser aplicados em projetos chaves, pois o desequilíbrio do desenvolvimento iria favorecer regiões com maior dinamismo e com potencial para crescimento. O investimento público deve ser usado como indutor de crescimento

em áreas que apresentem potenciais empreendedores, para que possa ocorrer o crescimento e o desenvolvimento econômico.

2.2.4 A teoria da base de exportação de D. C. North

Na década de 1950, North elaborou a teoria da base de exportação tendo como ponto-chave as imprecisões nas teorias da localização e do crescimento regional, com a intenção de esclarecer o dinamismo da economia dos Estados Unidos, já que o estágio de desenvolvimento descrito pela mesma estava fora de ordem. Segundo o autor, ela deveria estar assim construída: a) economia de subsistência, auto-suficiente e agrícola; b) desenvolvimento do comércio e dos potenciais locais, incremento dos meios de transporte, e localização definida pela base (setor da sociedade); c) comércio inter-regional a ampliação e diversificação do setor agropecuário; d) industrialização (manufatura e extrativismo) favorecida pela acumulação de capital dos demais setores da economia; e) desenvolvimento, atividades terceirizadas para exportação.

Numa análise do desenvolvimento dos Estados Unidos, pode-se perceber que ele tem pouca semelhança com tal sequência de etapas, prejudicando as teorias sobre a dinâmica regional.

O crescimento econômico e a ocupação dos espaços tiveram influência na dinâmica do mercado mundial, tendo eles obtido resultados diferentes do definido pelas teorias do desenvolvimento regional.

Os produtos para exportação dos diferentes setores da economia (primário, secundário e terciário) serviram de base para que North desenvolvesse o conceito da base de exportação. Para ele, quando um determinado produto é desenvolvido para exportação ele irá representar uma vantagem competitiva, pois os processos de produção e os custos estarão focados na competitividade externa.

A dinâmica do processo de exportação irá criar, na região, uma dinâmica em suas unidades produtoras, onde o conjunto da economia será dinamizado. Assim, ocorrerão fenômenos como aumento da renda, gerando consumo interno, o que criará um crescimento em dois pontos, interno e externo, pois as exportações

irão exigir as chamadas vantagens competitivas, que serão utilizadas na produção de itens para o consumo interno.

Na continuidade da teoria, North observa dois efeitos multiplicadores: A) o efeito multiplicador das exportações – os processos de melhoria contínua (especialização) na produção de bens e serviços para o mercado interno proporcionará uma elevação no número de exportadores, gerando emprego, renda, consumo e desenvolvimento econômico interno. B) o efeito multiplicador das importações – a dinâmica de crescimento dos centros urbanos irá desenvolver métodos de produção, substituindo as importações (passando para a condição de produtores, rompendo a dependência externa), com isso, surgirão empregos, renda, consumo e crescimento econômico.

Nas teorias de desenvolvimento regional, Perroux e Boudeville (1967) descrevem a importância de um polo de crescimento como gerador de todo o processo. No caso, uma microrregião ou um município que tenha determinadas características, com uma infraestrutura produtiva desativada ou capacidade logística, poderá desempenhar esse papel, promovendo o crescimento econômico.

Na descrição feita por Myrdal (1957), o processo de desenvolvimento econômico e o processo de causação circular cumulativa, possuem um ponto central (podendo ser um município) que funciona como gerador de crescimento, pois provocam, nas demais localidades (municípios), as relações de troca (bens e/ou serviços) para sustentar o crescimento econômico, o que gera uma reação nas áreas periféricas (demais municípios) em relação à atividade econômica.

Pela ótica de Hirschman (1958) o desenvolvimento regional está baseado em uma política de investimento, incentivando o crescimento econômico regional, baseado nas potencialidades locais. Contudo, a política deverá ser integrada, partindo do governo federal para os diversos membros estaduais e, finalmente, integrando as localidades (municípios) para que ocorra, assim, uma integração entre as diversas regiões e a conseqüente diminuição das desigualdades sociais.

A base de exportação feita por North (1950) propõe geração e acumulação de riqueza na produção de bens e serviços para o mercado externo. Com isso, a localidade (região) gera emprego, renda, consumo e crescimento, podendo promover, desta forma, o desenvolvimento econômico.

2.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um fator importante para o desenvolvimento regional se refere às parcerias entre o poder público, o setor privado e as demais partes interessadas no desenvolvimento de uma determinada região. Como resultado dessa interação, a população local tende a ter uma melhoria nas condições econômicas e sociais, através da geração de emprego e renda, melhorias educacionais e de saúde. Nesse processo de desenvolvimento, o poder público irá utilizar seus princípios constitucionais (no caso em questão, a renúncia fiscal foi o instrumento usado). Contudo, o desenvolvimento regional necessita de políticas e estratégias articuladas em todos os âmbitos governamentais (Federal, Estadual e Municipal).

As estratégias utilizadas estarão condicionadas à evolução das escalas produtivas, para que o processo de inclusão econômica e social possa ocorrer dentro das potencialidades locais, pois, ocorrendo importação de mão de obra, a população local será excluída, fator que gera marginalização de uma parte da população que deveria, na verdade, estar sendo atendida pelo desenvolvimento. Portanto, para a manutenção da identidade local, será necessário um conjunto de pré-requisitos a serem utilizados para, inicialmente, impulsionar o crescimento econômico com vistas ao desenvolvimento econômico da região.

Martins (2002) explica que o conceito de desenvolvimento local passa pela questão territorial, sendo que a escala local é aquela que permite ações eficazes, no sentido de um melhor acompanhamento dos resultados. Além disso, ele questiona os resultados baseados no modelo de industrialização, voltado para o consumo de massa, que implica em impactos sociais e ambientais elevados.

De acordo com Kashimoto (2002), para que ocorra o processo de desenvolvimento regional é necessário o fortalecimento regional baseado na identificação cultural da comunidade, que irá escolher as soluções mais adequadas ao seu crescimento e desenvolvimento econômico, respeitando suas fragilidades e potenciais.

França (2004) diz que a temática do desenvolvimento regional apresenta algumas controvérsias, pois alguns autores, usando de experiências de desenvolvimento regional, afirmam que a dinâmica do desenvolvimento adquire formatação própria, independente do fluxo de capital (nacional e/ou internacional).

No entanto, outros autores afirmam que o modelo usado é uma expressão industrial do “pós-fordismo”.

A questão municipal e local é abordada por França (2004), que afirma haver uma disputa de âmbito nacional, objetivando dar um foco municipalizado às políticas públicas de desenvolvimento. Com isso, ocorrem experiências inovadoras na descentralização da gestão, favorecendo novas formas de democratizar o crescimento e o desenvolvimento econômico em determinadas regiões.

O resultado dessas experiências inovadoras foi visto quando os administradores municipais, usando de seus princípios constitucionais, ofereceram planos de renúncia fiscal, o que contribuiu para uma verdadeira guerra-fiscal entre os diversos municípios em todo o país. Um aspecto negativo dessa política fiscal a ser considerado foi uma queda na arrecadação tributária, fato este que gerou, em muitos casos, um déficit fiscal. No aspecto social, a geração de emprego e renda que constituía no principal argumento, os resultados alcançados foram insuficientes.

Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento, a longo prazo, das finanças locais e embotado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento. (BRANDÃO, 2009, p. 39).

Para que os resultados em relação ao desenvolvimento regional sejam favoráveis, os agentes públicos e privados devem elaborar estratégias e planos que passem pela discussão ampla dos diversos segmentos da sociedade local. Neste contexto social, a renúncia fiscal pode vir a ser um importante instrumento impulsionador da economia local.

Casarotto Filho (2001), afirma que a verificação das condições locais será resultado da elaboração de um diagnóstico, buscando identificar a vocação local para, em seguida, traçar as estratégias, os projetos mais adequados às condições locais (buscando causar os menores impactos) e definir os planos, sempre condicionados aos recursos e aos prazos possíveis. No que se refere ao êxito do desenvolvimento regional, a exatidão dos recursos financeiros, materiais e humanos, se usados de forma eficiente, resultarão na eficácia do crescimento local, pois os potenciais diagnosticados serão fatores que contribuirão para a competitividade.

Ao realizar o diagnóstico dos potenciais locais, o resultado mostrará o melhor de cada região, constituindo no seu principal indicador de desenvolvimento regional, que deverá ser potencializado com o objetivo de promover o crescimento econômico, contribuindo na geração de riqueza que, em um segundo momento, proporcionará melhores condições econômicas, sociais, culturais e até tecnológicas para que o desenvolvimento seja sustentável.

Segundo Silveira (2001) os municípios que tiverem a capacidade de articular com os diversos setores da sociedade local, independente das dimensões territoriais (municípios: pequenos, médios ou grandes) e que conseguirem, de forma democrática, elencar setores prioritários, se constituirão em potenciais regionais de desenvolvimento, pois os diversos segmentos sociais se articulam de maneira sistêmica e uniforme na direção do desenvolvimento.

Para Bartoli (1999) as atividades econômicas, políticas, sociais e culturais estão expressas no desenvolvimento regional, pois a transformação nessas áreas evidencia a capacidade de articulação social em direção à melhoria na qualidade de vida da população residente, tendo seus fatores positivos articulados na direção do crescimento e desenvolvimento econômico. Quando esse fato ocorre, é possível verificar uma interdependência dos diferentes segmentos sociais (composição da sociedade local) atuando de forma conjunta.

Outro aspecto a ser observado pela política de desenvolvimento regional diz respeito à questão da mudança tecnológica e da inovação para dar sustentação aos processos de crescimento e manutenção do desenvolvimento econômico. Para Llorenz (2001) a economia mundial está voltada para a inovação, pois as novas tecnologias provocam processos de mudanças contínuas nos sistemas de produção, buscando ajustar a relação custo benefício ao fator competitividade.

Ainda segundo Llorenz (2001), as mudanças ocorridas de forma contínua nas organizações mundiais exigem do corpo funcional alterações comportamentais na relação do homem com o processo produtivo, sendo que essas mudanças somente ocorrem quando existe a melhoria das condições de trabalho, o aprimoramento da qualidade da mão de obra (qualificação contínua), o refinamento da delegação de tarefas e a motivação. O autor aborda, ainda, que os municípios que tiveram uma política de fortalecimento da organização social, dando orientação e participação a todos os componentes sociais (segmentos da sociedade

organizada) na discussão e implantação dos modelos de desenvolvimento local, poderão obter resultados sociais positivos e sustentáveis.

É importante ressaltar que o desenvolvimento econômico regional e local precisa da construção de um projeto, com um amplo debate das diversas opções e teorias – sempre considerando os fatores e potenciais locais – que levem ao comprometimento e à aceitação para que, assim, todos sejam beneficiados.

2.4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Passos e Nogami (1999) afirmam que a percepção do grau de desenvolvimento de uma determinada localidade (nação, estado, município) é possível quando se faz uma análise de certos indicadores, que estão distribuídos em três grupos: Vitais: a) esperança de vida ao nascer, b) taxa de mortalidade infantil, c) estrutura etária da população e d) taxa média anual de crescimento populacional; Econômicos: a) estruturais, b) disponibilidade de bens e serviços; e Sociais: a) estrutura social, b) mobilidade social, c) representação no sistema político, d) participação social, e) sistema de concentração da propriedade.

Trata-se de um procedimento estatístico que objetiva quantificar o grau de bem estar ou qualidade de vida de uma população. A necessidade de detectar esses índices decorreu do descontentamento generalizado em relação ao uso do conceito de crescimento do PNB como principal referência para se aferir o grau de desenvolvimento social de uma comunidade. O conceito de indicador social procura superar essas características, puramente quantitativas, da produção. Incluem-se, portanto, como indicadores sociais: nível de emprego, qualidade habitacional, nível de instrução, mobilidade social, serviços de transporte e de saúde, educação e perfil cultural global, oportunidade de lazer, grau de depredação dos recursos naturais não renováveis, poluição do ar, da água e sonora, entre outros dados. De posse desse tipo de informação o poder público, em qualquer nível, estaria capacitado a planejar e desenvolver uma política social. (SANDRONI, 2005, p. 235).

Para Jannuzzi (2005, p.138) os indicadores sociais são medidas que auxiliam os agentes públicos no diagnóstico, na formulação e na avaliação das políticas públicas. Os indicadores apontam, indicam, aproximam e traduzem, em termos operacionais, as dimensões sociais de interesse, definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. A intenção é subsidiar as

atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitar o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil, além de permitir o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Januzzi (2005) descreve que o surgimento dos indicadores sociais e posterior aprimoramento são decorrentes da demanda do setor público por instrumento que possibilite diagnóstico, formulação, implantação, controle e avaliação de políticas públicas que atendam a diversidade social.

Um indicador social amplamente usado é o IDH, criado por Mahbud UI Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia de 1998), com o objetivo de melhorar a visão sobre o desenvolvimento econômico, pois até a sua elaboração, o PIB foi o indicador usado quando a intenção era aferir o desenvolvimento econômico.

Na busca por índices que demonstrem as condições de vida de um modo mais amplo e real, a Organização das Nações Unidas (ONU) através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desenvolveu outros indicadores para mensurar o grau de desenvolvimento dos países, como o IDH e o Índice de Condições de Vida (ICV). Incorporando, assim, outras variáveis relacionadas à renda, saúde, educação e distribuição entre outras.

Ao conceito de produto *per capita* foram acrescentados outros indicadores sociais, contribuindo para avaliar o bem-estar de uma determinada população em certo período de tempo e, com isso, foi possível medir o grau de desenvolvimento nos países.

O IDH varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, maior o grau de desenvolvimento. A média aritmética é obtida de três indicadores:

- Indicador de renda – produto interno bruto *per capita*;
- Indicador de saúde – expectativa de vida da população ao nascer;
- Indicador de educação – constituído da média ponderada da taxa de alfabetização de adultos (dois terços) e a taxa de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior (um terço). (PNUD, 2012).

Tabela 1 – Três Dimensões do IDH

INDICADORES	DIMENSÕES	RESULTADO
ESPERANÇA DE VIDA	SAÚDE	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE - ANOS DE ESCOLARIDADE ESPERADOS	EDUCAÇÃO	
RENDIMENTO NACIONAL BRUTO <i>per capita</i>	PADRÕES DE VIDA	

Fonte: OMS, 2012

Na tabela 01 é possível observar que, na composição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são trabalhados quatro indicadores básicos (esperança de vida, média de anos escolares, anos de escolaridade esperados e rendimento nacional bruto *per capita*) para atender as três dimensões analisadas (saúde, educação e padrões de vida). A combinação dessas dimensões determina o IDH, mostrando a possível ocorrência na melhoria da qualidade de vida de uma população num determinado espaço.

Dentro da discussão da adequação (ou não) do PIB como medida de bem-estar, é interessante observar que as Nações Unidas calculam periodicamente um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, além de um indicador econômico (PIB per capita), inclui dos indicadores sociais: um índice de expectativa de vida e um índice de educação. (VASCONCELLOS e GARCIA, 2004, p. 115).

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) propõe, como medidas para o desenvolvimento, o IDH:

[...] que procura considerar as numerosas dimensões do bem-estar humano, já que a atenção concentrar-se-ia assim sobre os fins para os quais o desenvolvimento deve servir, em vez de fazê-lo apenas sobre os meios, por exemplo, para o aumento da produção. (UNESCO, 1999, p. 28-29).

Veiga (2005, p. 87) enfatiza o uso do IDH uma vez que “as decisões políticas muitas vezes demandam uma medida sumária que incida mais claramente no bem-estar humano do que no rendimento”.

No desenvolvimento de novos indicadores e, principalmente, nos indicadores que consideram os aspectos locais e individuais de cada economia, a Federação das Indústrias do Estado Rio de Janeiro, desenvolveu o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Segundo o sistema FIRJAN (IFDM edição 2011/ ano base 2009) na elaboração do índice, há uma ponderação em três setores do desenvolvimento humano: emprego e renda, educação e saúde. A leitura dos dados é simples, tanto por áreas de desenvolvimento, como pela análise dos índices finais – tendo uma variação entre zero a um, sendo que quanto maior for índice maior é o grau de desenvolvimento.

2.4.1 Classificação

- Municípios com IFDM de 0 a 0,4 – baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM de 0,4 a 0,6 – desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM de 0,6 a 0,8 – desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM de 0,8 a 1 – alto estágio de desenvolvimento.

Sendo que o período de apuração é anual.

A distribuição das variáveis, segundo a área de desenvolvimento:

- Emprego e Renda – geração de emprego formal, estoque de emprego formal e salários médios do emprego formal. (Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego);
- Educação – taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade/série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas/aula diárias e resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). (Fonte: Ministério da Educação);
- Saúde – número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis. (Fonte: Ministério da Saúde).

Tabela 2 – Composição do IFDM

ÍNDICE	COMPOSIÇÃO	FONTE
IFDM -EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de Matrícula na Educação Infantil; • Taxa de abandono; • Taxa de Distorção Idade-Série; • Percentual de Docentes com Ensino Superior; • Média de Horas-Aula Diárias; • Resultado do IDEB. 	Ministério da Educação
IFDM - SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Consultas Pré-Natal; • Taxa de Óbitos Infantis por Causas Evitáveis; • Taxa de Óbitos Infantis por Causas Maldefinidas. 	Ministério da Saúde
IFDM – EMPREGO e RENDA	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de Emprego Formal; • Estoque de Emprego Formal; • Salários Médios no Emprego Formal. 	Ministério do Trabalho e Emprego
IFDM	<ul style="list-style-type: none"> • Média Aritmética dos Três Indicadores Acima 	

Fonte: FIRJAN, 2012

No desenvolvimento deste estudo, a opção pelo IFDM, se deu em razão do IFDM se caracterizar pela informação anual, enquanto pelo IDH a coleta de dados é decenal. Por este critério, o IFDM permite que os municípios façam um monitoramento sistemático de suas políticas públicas, contribuindo para possíveis correções e apuração dos resultados. O IFDM, conforme a Tabela 03, por ter uma coleta dos dados anual, permite uma análise relativa e absoluta dos municípios. O IDH teve sua concepção voltada para os países, enquanto o IFDM focou nos municípios, permitindo uma maior visibilidade da realidade dos municípios brasileiros.

Tabela 3 – Comparação IFDM x IDH

INDICADOR – IFDM	DIMENSÃO	INDICADOR – IDH
<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de Matrícula na Educação Infantil; • Taxa de abandono; • Taxa de Distorção Idade-Série; • Percentual de Docentes com Ensino Superior; • Média de Horas-Aula Diárias; • Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); 	EDUCAÇÃO	Constituído da média ponderada da taxa de alfabetização de adultos (dois terços) e a taxa de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior (um terço).
<ul style="list-style-type: none"> • Número de Consultas Pré-Natal; • Taxa de Óbitos Infantis por Causas Evitáveis; • Taxa de Óbitos Infantis por Causas mal definidas. 	SAÚDE	Expectativa de vida da população ao nascer
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de Emprego Formal; • Estoque de Emprego Formal; • Salários Médios no Emprego Formal. 	EMPREGO E RENDA	Rendimento nacional bruto <i>per capita</i>
ANUAL	PERÍODO	DECENAL

Fonte: RDH, 2010

Ainda observando a Tabela 03, podemos verificar que na composição do IFDM existe um maior número de indicadores que favorecem a apuração do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Numa comparação entre o IDH e o IFDM, os indicadores do IFDM mostram uma pesquisa mais aprofundada, enquanto no IDH os indicadores não se aprofundam.

2.5 O ESPAÇO

Para avaliar o crescimento e do desenvolvimento econômico, a definição de espaço econômico se fez necessária, pois os aspectos das localidades atuam de forma positiva ou negativa nos fatos econômicos.

Para Milton Santos (2001) o espaço geográfico é definido a partir do momento em que o território foi usado, modificado ou transformado pelos agentes sociais, ou quando as sociedades locais demonstram suas atuações e uma organização social.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 1986, p. 122).

O espaço econômico é definido pelos elementos econômicos (fatores de produção) e pelas características particulares (sociais, físicas, etc.). Contudo, quando observamos que existe um conjunto de relações econômicas e sociais, este espaço geográfico passa a ser denominado como cidade.

Para Claval (1995), o chamado espaço econômico está organizado em áreas que orbitam ao redor dos centros urbanos (cidades). As cidades constituem nos centros de produção, tomando as decisões tanto econômicas como administrativas para toda a região.

Boudeville (1972) formulou no estudo da economia regional uma classificação de três espaços econômicos: o espaço homogêneo, polarizado e o planejado, definindo-os assim:

Homogêneo – está caracterizado em zonas, territórios ou regiões que apresentam as mesmas características físicas, sociais e econômicas. As características são percebidas no toda da região e demais áreas constituindo um único espaço.

Polarizado – o polo define uma relação de dependência, concentração e existência de um centro, tendo uma área periférica gravitando em torno do centro que exerce influência econômica e política. Com isso o espaço polarizado é heterogêneo, pois tanto as cidades ou espaços que orbitam, não possuem as mesmas características do desenvolvimento do polo (centro). Contudo, há uma relação de dependência e as cidades ou polos terão papéis específicos no espaço, na produção de bens e serviços e na distribuição social do trabalho.

Planejado – nesse tipo de espaço as diversas regiões ou territórios se unem pela igualdade nas decisões. O plano de desenvolvimento econômico é único para o território, com isso, as ações a serem desenvolvidas garantem igualdade no acesso aos recursos naturais (escassos), estabelecendo as regras para ocupação humana, produção e a exploração econômica. Isso permite que as ações de planejamento e gestão de recursos (humanos e materiais) estejam contidas no espaço geográfico, determinando a forma de interação produtiva.

Perroux (1977) procurou delimitar as diversas noções de espaço e suas particularidades. Para ele, há uma imprecisão quanto às localizações das atividades econômicas, com isso, o espaço não pode ser observado apenas no sentido físico. Por isso, ele também não pode ser definido pelos aspectos geográficos e nem por arbitrariedade humana. O autor defende que os espaços são conjuntos (abstratos), com relações econômicas e realizadas pelos agentes econômicos.

Perroux (1982) define espaço econômico em duas óticas: examinando e descrevendo a relação e a distribuição das diversas atividades econômicas dentro do espaço geográfico, sendo que as atividades econômicas têm suas localizações delimitadas, e que o espaço econômico precisa ser visto pela sua amplitude, pois uma determinada organização tem a relação dos fornecedores (insumos e matéria-prima) com seus consumidores não restrita, apenas, ao mesmo espaço geográfico.

Portanto, o espaço polarizado é entendido como um campo de forças atuantes e/ou relações funcionais. Correspondendo as interdependências e intercâmbios entre os espaços chamados homogêneos, consistindo em polos ou centros que irão propagar forças de atração (centrípetas) e repulsão (centrifugas), sendo que os centros terão campos de atuação própria. O espaço ou região polarizada definiu-se como uma localidade com relação de troca de bens e serviços, sendo que a intensidade dessas relações no interior são superiores aos pontos extremos.

Espaços polarizados podem apresentar crescimento e/ou desenvolvimento, pois os polos de desenvolvimento conduzem as modificações estruturais que abrangem a população na região polarizada. No caso do polo de crescimento, as modificações sociais não são significativas, mesmo que apresentem aumento na produção e na renda.

O domínio dos polos em seus espaços está baseado em uma unidade motriz, podendo se caracterizar tanto pela simplicidade quanto pela complexidade, tendo uma empresa ou conjunto que exerça uma força de atração sobre os demais espaços socioeconômicos, gerando efeitos positivos.

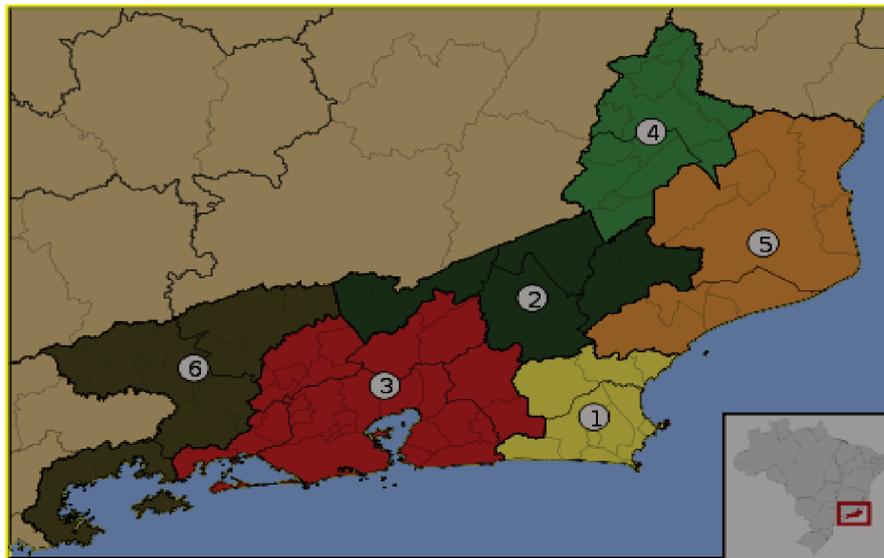
2.6 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Para entendimento da localidade estudada, se fez necessário conhecer o posicionamento geográfico do estado e sua distribuição por mesorregiões e microrregiões segundo dados do IBGE (2012).

O Estado do Rio de Janeiro está distribuído em seis mesorregiões geograficamente (não politicamente), a mesorregião da Baixada litorânea ocupa uma área de 3.633.083 km², com uma densidade demográfica de 186,5 hab/km² composta pelas seguintes microrregiões: Rio de Janeiro, Macacu – Caceribu, Bacia de São João e Iagos; mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro, área de 10.230.492 Km² e densidade demográfica de 1.234,88 hab/km²; mesorregião do Noroeste Fluminense (microrregião: Itaperuna e Santo Antônio de Pádua) tem uma área de 5.373.545 Km² e densidade demográfica de 61 hab/Km²; mesorregião do

Norte Fluminense (microrregião: Campos de Goytacases), área de 9.730.443 Km² e densidade demográfica de 78,4 hab/km²; mesorregião do Sul Fluminense (microrregião: Baía da Ilha Grande, Barra do Piraí e do Vale do Paraíba Fluminense) ocupa uma área de 7.918.501 Km², com densidade de demográfica em 134,1 hab/km² e mesorregião do Centro-Sul Fluminense (microrregião: Cantagalo – Cordeiro, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena e Três Rios), com área total de 6.817.732 Km² e densidade de demográfica de 69,3 hab/km². (IBGE, 2012), conforme Figura 1.

Figura 1 - Mapa de Distribuição das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro



1 – Baixada Litorânea; 2 – Centro-Sul Fluminense; 3 – Metropolitana do Rio de Janeiro; 4 – Noroeste Fluminense; 5 – Norte Fluminense e 6 – Sul Fluminense.

Fonte: IBGE, 2012

2.7 MICRORREGIÃO E OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TRÊS RIOS

A composição da microrregião de Três Rios é definida, segundo o IBGE (2012), pelos municípios abaixo, que apresentam as seguintes características:

Areal – segundo dados do Portal Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (2012), a cidade apresenta as seguintes características: a emancipação do Município de Três Rios ocorreu em 1993, no Censo/2010 do IBGE, a população era de 11.412 habitantes, o crescimento anual da população entre os anos 2000 a 2010 foi de 1,44% aa, o índice de urbanização em 2010 foi de 86,86%

e o índice de desenvolvimento humano foi na ordem de 0,765 (2000). Seu território tem uma área de 111km². A densidade demográfica no ano de 2010 foi de 102,99 hab/km². Na economia, suas principais atividades são produtos de confecção, indústria, agropecuária e comércio.

Comendador Levy Gasparian – Sua emancipação do município de Três Rios ocorreu em 1993, segundo o Censo/2010 do IBGE, com uma população de 8.183 habitantes. Seu crescimento populacional entre os anos 2000 a 2010 foi de 0,32% aa, a taxa de urbanização de 96,11%. Em 2000, o índice de desenvolvimento humano foi 0,753, sua área territorial de 107 km² a densidade demográfica de 70,77 hab/km². Sua economia apresenta as seguintes atividades: indústria têxtil, com ênfase em jeans.

Paraíba do Sul – A emancipação ocorreu em 1833, segundo o censo - 2010 do IBGE, uma população de 41.088 habitantes, crescimento populacional entre os anos 2000 a 2012 de 0,94% aa, a taxa de urbanização de 88%, o índice de desenvolvimento humano em 2000 foi de 0,771, a área do município é de 581 km² e a densidade demográfica no ano de 2010 foi de 70,77 hab/km². Na economia municipal se destacam a agropecuária, serviços e indústrias.

Sapucaia – em 1874 ocorreu sua emancipação, segundo o Censo/2010 do IBGE, sua população é de 17.504 habitantes, o crescimento populacional entre os anos de 2000 a 2010 foi de 0,20% aa, a taxa de urbanização no ano de 2010 foi de 75,68%, o índice de desenvolvimento humano em 2000 foi de 0,742, seu território é de 541 km² e a densidade demográfica de 32,38 hab/km². A economia municipal tem no comércio, indústria, serviços e agricultura suas principais atividades.

Três Rios – sua emancipação ocorreu em 1938, segundo o Censo/2010 do IBGE, sua população é de 77.503 habitantes, o crescimento populacional do ano 2000 ao ano de 2010 foi de 0,74%, a taxa de urbanização foi 97,07%, o índice de desenvolvimento humano em 2000 foi de 0,782, a área do município é de 326 km², densidade demográfica, em 2010, de 237,42 hab/km². A economia do município está baseada na indústria e na prestação de serviços.

Figura 2 – Mapa de Distribuição das microrregiões no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ, 2012

Na Figura 2 é possível verificar o mapa da distribuição das microrregiões no Estado do Rio de Janeiro, para um melhor entendimento.

3 PROPOSIÇÃO

A intenção com a realização deste estudo foi avaliar o crescimento e o desenvolvimento econômico da microrregião de Três Rios no Centro-Sul Fluminense, nos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 2004 a 2010. Para isso, foram utilizados os indicadores usados na apuração do IFDM. Porém, foram utilizadas séries históricas de nível de emprego, arrecadação de tributos municipais e outros indicadores sociais, como o PIB *per capita*, gastos com educação e saúde. Assim, foi possível avaliar o crescimento e o desenvolvimento econômico da região em destaque, a partir da implantação no município do programa de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2005.

4 MÉTODO

O trabalho em questão se trata de uma pesquisa quantitativa quanto à abordagem, bibliográfica e documental, ou seja, quanto ao objetivo, na microrregião de Três Rios na Região Centro-Sul Fluminense, nos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios, situados no estado do Rio de Janeiro. Para isso, foram utilizados dados coletados em documentos, sites governamentais e institutos oficiais de pesquisas, além de bibliotecas, prefeituras e órgãos estaduais.

Em relação aos dados econômicos e sociais utilizados na pesquisa, eles foram extraídos de sítios eletrônicos de instituições estatísticas tais como CEPERJ, IBGE, FIRJAN e Ministério do Trabalho. No que diz respeito aos dados obtidos junto aos municípios, estes foram reduzidos, face às estruturas limitadas de alguns dos pequenos municípios que compõem a microrregião.

Os dados utilizados foram os indicadores socioeconômicos para determinar o IFDM, as séries históricas de nível de emprego, a arrecadação de tributos municipais, além de outros indicadores sociais, como consumo das famílias, habitação e gastos públicos como saneamento básico.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu, em um primeiro estágio, no estudo teórico, na pesquisa a respeito de conceitos e nas teorias sobre o crescimento econômico e do desenvolvimento. Já em um segundo estágio, no levantamento de dados em diversas fontes secundárias, tais como livros, sites governamentais e periódicos.

Segundo Lakatos e Marconi (2006), a investigação preliminar sobre os estudos científicos deverá ser realizada utilizando documentos e contatos diretos. Os autores classificam esses documentos em:

Fontes primárias: dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada.

Fontes secundárias: livros, jornais, revistas (impressa e eletrônica), periódicos científicos, sites governamentais.

De acordo com Martins e Theófilo (2009), para a construção do trabalho científico, as informações, quanto à sua natureza, dados e evidências levantadas, quando empreendem uma avaliação quantitativa para a interpretação dos dados numéricos coletados, o estudioso poderá utilizar métodos e técnicas estatísticas na análise desses dados.

No presente estudo os indicadores socioeconômicos utilizados ficam assim descritos:

- Índice de Desenvolvimento Humano - IDH: utilizado pelas ONU para avaliar os países. Este índice varia de zero a um e, quanto mais próximo da unidade, melhor o desempenho do país, região, cidade, etc. Para a formulação do índice são considerados os seguintes itens: expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização em adultos e o efetivo poder de compra pela renda interna (PNUD, 2012).

- Produto Interno Bruto - PIB: é o indicador que demonstra a riqueza produzida em uma determinada localidade (país, estado, região, cidade, etc.) considerando um período de tempo específico. Na sua formação são considerados todos os itens produzidos pelos três setores da economia (primário, secundário e terciário) e considera-se o valor monetário agregado em cada setor (ROSSETTI, 2009).

- PIB *per capita*: este indicador é o resultado da divisão do Produto Interno Bruto pelo número de habitantes de uma localidade, em determinado período de tempo. Teoricamente, quando maior for o índice, maior é a riqueza e o desenvolvimento econômico (ROSSETTI, 2009).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS: é um indicador da atividade econômica tanto de estados como de cidades, e contribui com a análise do volume de moeda que circula, numa localidade, considerando um tempo específico (SANDRONI, 2005).

- Receita Corrente: Ela corresponde ao total das receitas tributárias, contribuições, receitas patrimoniais, atividades agropecuárias e industriais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, demonstrando a capacidade de arrecadação de uma localidade (estado, cidade, etc.) (ROSSETTI, 2009).

- Investimento: representa os dispêndios utilizados para ampliar a capacidade de produção, tendo como meta a geração de renda futura. A origem deste recurso pode ser público e/ou privado (ROSSETTI, 2009).

- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM: é um indicador produzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) distribuído em três indicadores (emprego e renda, educação e saúde), variando de zero a um, e quanto maior a proximidade com a unidade, maior é o desenvolvimento do município (FIRJAN, 2012).

No terceiro estágio do trabalho, a análise dos indicadores socioeconômicos foi analisada na forma em que foram coletadas, por gráficos e tabelas. Primeiramente, os indicadores como investimento, PIB, nível de arrecadação do ICMS e Receita Corrente, foram trabalhados com a intenção de comparar seus valores em relação ao estado, a cidade do Rio de Janeiro (capital) e os cinco municípios na microrregião. Para isso, cada indicador foi analisado separadamente, tendo como período comparativo os intervalos entre o ano de 2004 e o ano de 2010, conforme as Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Indicadores do crescimento econômico

INDICADORES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	
INDICADOR	COMPARAÇÃO
ICM	Estadual e Municipal
RECEITA CORRENTE	Estadual e Municipal
INVESTIMENTO	Estadual e Municipal
VOLUME DE INVESTIMENTO	Municipal
PIB	Estadual e Municipal

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 5 – Indicadores do desenvolvimento econômico

INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
INDICADOR	COMPARAÇÃO
PIB per capita	Estadual e Municipal
Gastos públicos com educação	Estadual e Municipal
IFDM – Educação	Estadual e Municipal
Número de estabelecimento de ensino	Municipal
INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
INDICADOR	COMPARAÇÃO
Variação do IFDM – edição 2011	Municipal
Variação do IFDM - 2000 a 2009	Municipal
IFDM - Emprego e Renda	Municipal
IFDM – Educação	Municipal
IFDM – Saúde	Municipal
População	Estadual e Municipal
Gastos com Saúde	Estadual e Municipal
Gastos com Educação	Estadual e Municipal
Nível de Emprego	Estadual e Municipal
Nível de Renda	Estadual e Municipal

Fonte: Elaborada pelo autor

É importante ressaltar que para cada indicador foi considerada uma análise objetivando avaliar o crescimento econômico e/ou o desenvolvimento.

O volume de investimento como geração de produção instalada e riquezas, demonstra que a política de incentivos fiscais enfatiza a redução dos tributos para a entrada de recursos financeiros destinados à produção e pode ser verificada pelos índices do PIB. A capacidade de produção teoricamente aumenta quando há investimentos diretos e/ou indiretos, o que poderá evidenciar o crescimento econômico da microrregião.

Para Passos e Nogami (2005) o crescimento da economia tem como característica o aumento da capacidade da produção de bens e serviços, em determinado tempo, refletindo no aumento do PIB.

A política fiscal é a forma como o governo atua em relação a seus gastos e à arrecadação de impostos. Como a demanda agregada inclui o consumo, os investimentos, os gastos do governo e as exportações líquidas, as despesas governamentais com produtos e serviços afetam diretamente o nível de demanda agregada. Os impostos também afetam a demanda agregada de modo indireto, na medida em que alteram a distribuição da renda doméstica, o que resulta na alteração do padrão de consumo. (BOYES e MELVIN, 2006, p. 287).

Diante disso, os níveis de arrecadação foram trabalhados de forma direta, ou seja, em sua forma bruta, analisando os dados com a intenção de mostrar que a atividade econômica cresceu. É importante considerar que a política fiscal enfatiza que a redução de tributos irá atrair investimento e, uma vez utilizados de forma adequada, farão com que as atividades econômicas como produção de bens e serviços cresçam, o que elevará a arrecadação tanto estadual quanto municipal, ocorrendo, assim, o crescimento econômico.

Em primeira análise, usando os indicadores econômicos (investimento, PIB e arrecadação de tributos), foi comprovado se ocorreu ou não o crescimento econômico e se a política de incentivos fiscais teve como resultado o aumento da geração de riqueza econômica para os municípios da microrregião, no período pré-determinado

Após a verificação da ocorrência do crescimento econômico, tendo como base os princípios teóricos de que, para que ocorra o desenvolvimento econômico, é necessário que ocorra, antes, o crescimento.

Kindleberger e Herrick (1977) sugerem que o crescimento econômico é evidenciado pelo aumento da capacidade produtiva de uma determinada região sendo, esse aumento, decorrente de alterações nas disposições técnicas e institucionais, ou seja, o desenvolvimento econômico será precedido por crescimento da economia.

O fato é que a existência de melhores condições sociais em relação à renda *per capita*, redução da pobreza, aumento do nível de emprego, diminuição das desigualdades sociais, educação, moradia, saúde e alimentação demonstra que a riqueza gerada no crescimento econômico foi direcionada para a melhoria de vida da população onde ocorreu tal crescimento.

Como o PIB é uma medida imprecisa, é necessário usar outros indicadores para avaliar a situação econômica de um país, entre os quais podem-se incluir: expectativa de vida; mortalidade infantil; proporção de moradias com água corrente, eletricidade, televisão; e taxa de alfabetização. É por isso

que, mais recentemente, têm sido criados índices bastante conhecidos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelas Nações Unidas, e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). (MENDES, 2009, p. 148).

Sendo assim, os índices IDH e IFDM foram analisados de forma direta, ou seja, na sua forma bruta, utilizando a escala de tempo. Porém.

A comparação, considerando medidas adotadas e resultados obtidos, pode permitir ao economista concluir quanto a eficácia das mesmas. Assim, se numa determinada região ou país algumas medidas apresentam soluções que se pretendia obter, então, mediante comparações de variáveis sociais, econômicas e políticas, pode-se prever a provável eficácia dessas medidas a serem adotadas entre outras regiões ou países. (PARRA e SANTOS, 2005, p. 76).

Portanto foi usado na análise o IDH, mesmo com suas limitações, e o IFDM, pois ambos possuem escalas semelhantes. Assim, foi feita uma comparação direta entre os dois, considerando o estado, a cidade do Rio de Janeiro e os cinco municípios da microrregião de Três Rios, além do período disponível, para descobrir, entre esses indicadores, o que mostrou o possível desenvolvimento econômico.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE DOS DADOS ECONÔMICOS

Na análise dos dados econômicos foi observado, inicialmente, se ocorreu ou não o crescimento econômico. Na sequência foram analisados os dados socioeconômicos, para verificar se ocorreu o desenvolvimento econômico.

Os indicadores do crescimento econômico podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6 – ICMS - Municipal

Localidade	Estado	Areal	Levy Gasparian	<i>em R\$ mil – IPCA médio de 2010</i>		
				Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	4200692,2	8871,9	8492,4	NI	10749,1	17531,5
2006	4379055,8	8990,4	9007,0	14232,8	11197,9	17269,2
2007	4512479,7	9203,5	9116,4	15238,6	11584,9	16565,5
2008	4881997,2	10081,5	9996,7	16837,1	12596,4	18601,5
2009	4970187,8	10201,5	10110,9	16632,9	12934,1	18565,4

Fonte: CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Na Tabela 6, analisando a variação da arrecadação do ICMS a partir da renúncia do governo do estado do Rio de Janeiro, como política de incentivo de crescimento e desenvolvimento econômico, foi possível observar que todos os municípios da microrregião de Três Rios apresentaram crescimento, contudo, houve uma variação entre as cidades.

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Introduzido no Brasil em 01.12.1965, em substituição ao IVC – Imposto sobre Vendas e Consignações, o ICM é cobrado, em cada estado da federação, por ocasião da primeira operação de venda de uma mercadoria. Nas etapas subsequentes da circulação dessa mercadoria, o tributo incide apenas sobre o valor acrescentado em relação à operação anterior. De acordo com a Constituição de 1988. O ICM e o ISS – Imposto Sobre Serviços, se fundiram num único imposto, o ICMS. (SANDRONI, 1996, p. 228).

A variação apresentada pelo Estado foi de 15,48% no período. Os municípios de Comendador Levy Gasparian e Sapucaia obtiveram os maiores crescimento de toda a microrregião e foi superior à variação do estado, com 16,01% e 16,99%, respectivamente. Areal demonstrou um desempenho de apenas 13,03%, o município de Paraíba do Sul ficou abaixo da variação do estado, contudo seu desempenho está em 14,43%, sendo o terceiro melhor índice da microrregião. O pior desempenho está em Três Rios com apenas 5,57% de variação, muito abaixo da média dos demais municípios e o estado que ficou em 11,63%.

Tabela 7 - Receita Corrente

<i>em R\$ mil – IPCA médio de 2010</i>							
Ano	Estado	Rio de Janeiro	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	21469026,8	9616563,7	21818,5	16351,8	25776,7	67185,9
2006	23026647,1	9868263,1	21572,3	17892,2	48274,5	26611,4	69095,6
2007	24797705,8	10927066,9	20694,2	20675,8	50669,2	29398,9	75257,9
2008	28269735,2	11746766,6	27444,4	22631,0	62907,8	38040,8	93392,0
2009	27287238,5	11923246,3	27058,1	20908,8	56763,5	39209,8	80505,0

Fonte: CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Conforme a Tabela 7, a receita corrente dos estados apresentou uma variação, no período, de 21,33%. A cidade do Rio de Janeiro demonstrou estar abaixo do estado, com um índice de 19,35%. Na microrregião de Três Rios destacou-se o município de Sapucaia, com um crescimento na arrecadação 34,26%, sendo superior ao estado e também na média entre as localidades pesquisadas, que ficou em 21,08%. Com o menor índice, a cidade de Paraíba do Sul ficou com 14,96%. Já Comendador Levy Gasparian apresentou 21,80%, ficando acima do nível estadual e também acima da média das localidades pesquisadas, ou seja, foi o segundo melhor indicador entre os apresentados, Areal mostrou um índice de 19,37%, abaixo do nível estadual e da média geral. O pior desempenho apresentado foi na cidade de Três Rios (como também foi observado em relação à tabela do ICMS) com 16,55%, inferior ao indicador estadual e à média das localidades pesquisadas.

Tabela 8 - Investimento

<i>em R\$ mil – IPCA médio de 2010</i>							
Ano	Estado	Rio de Janeiro	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	2038776,9	809752,2	486,7	1717,4	*	1498,9	6616,9
2006	2628400,5	850455,3	1020,7	940,8	869,2	1407,2	7249,7
2007	2751359,4	1080114,2	440,7	408,3	707,9	1855,7	5298,5
2008	3395189,5	1373500,1	2321,6	766,7	3795,6	2515,3	8380,5
2009	2126449,7	509530,3	989,3	637,9	4406,5	2933,3	9260,3

* Dados não disponíveis.

Fonte: CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do tesouro Nacional (STN) e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), coletados entre os meses de junho e setembro de 2011.

Segundo Rossett (2000), o investimento ou dispêndio de capital feito pelo governo são classificados como adição ao estoque de capital da economia, sendo evidenciados através de obras de infraestrutura.

Investimento – aplicação de recursos (dinheiro ou títulos) em empreendimentos que renderão juros ou lucro, em geral em longo prazo. Num sentido amplo, o termo aplica-se tanto a compra de máquinas, equipamentos e imóveis para a instalação de unidades produtoras, quanto a compra de títulos financeiros (letras de câmbio, ações etc.). Nestes termos, investimento é toda aplicação de dinheiro com expectativa de lucro. Em sentido estrito, em economia, investimento significa a aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva (instalações, máquinas, meios de transporte), ou seja, em bens de capital. Por isso, considera-se também investimento a aplicação de recursos do Estado em obras muitas vezes não-lucrativa, mas essenciais por integrarem a infraestrutura da economia (saneamento básico, rodovias, comunicações). [...] (SANDRONI, 2000, pág. 248).

Para Mankiw (1998) o crescimento econômico é resultado da acumulação de capital, sendo que esse capital decorre do sacrifício da sociedade em reduzir seu consumo de bens e serviços para, dessa forma, acumular recursos financeiros no sentido de utilização desses recursos, no futuro, com maior volume.

As políticas públicas podem influenciar na taxa de crescimento econômico de várias formas: incentivo a poupar e ao investimento, incentivar o investimento externo, promover a educação, manutenção da estabilidade política, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.

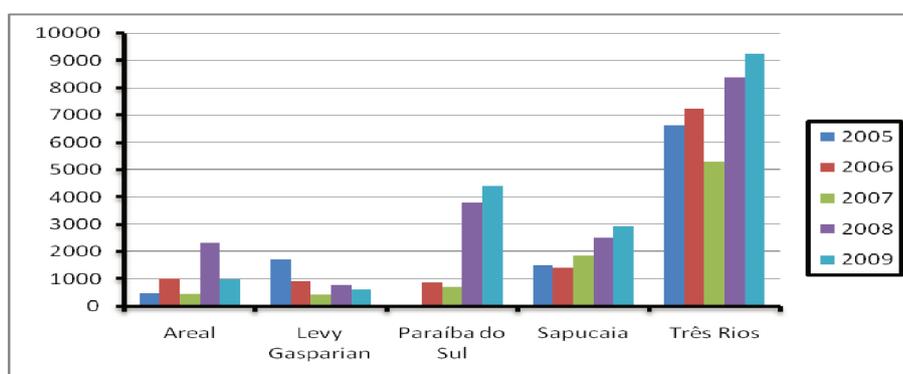
O acúmulo de capital está sujeito a retornos decrescentes: quanto mais capital um economia tiver, menor a produção adicional gerada por uma unidade adicional de capital. Devido aos retornos decrescentes, poupança maiores conduzem a um maior crescimento durante um certo período, mas

o crescimento diminui à medida que a economia se aproxima de níveis mais altos de capital, produtividade e renda. Também em decorrência dos retornos decrescentes, o retorno do capital é especialmente elevado nos países pobres. Tudo o mais mantido constante, esses países podem crescer mais rapidamente devido ao efeito de alcance. (MANKIW, 1998, pág. 541).

Sendo assim, o volume de investimento realizado pelo estado no período de 2005 a 2009 apresentou uma variação irregular nas localidades pesquisadas, onde o estado obteve crescimento até o ano de 2008 (ano da ocorrência da crise financeira internacional que provocou retração no investimento, pelas incertezas econômicas), mostrando uma variação desde 2005 de 60,04%. Contudo, no ano de 2009 o volume total investimento correspondeu a, apenas, 62,63% do ano de 2008. Refletindo a conjuntura econômica internacional, a cidade do Rio de Janeiro teve um comportamento semelhante ao estado, pois a variação no período de 2005 a 2008 foi de 58,95%, ou seja, nesse período a cidade recebeu um volume de investimento crescente, justificando a política de crescimento e desenvolvimento econômico promovida pelo governo do estado. No ano de 2009, o total de investimento no município representou apenas 37,09%, em comparação ao ano de 2008.

Uma comparação direta no volume de investimento do estado entre os anos de 2005 e 2009 obteve um indicador positivo de 4,13%, a mesma comparação em relação ao município do Rio de Janeiro mostrou que a variação é negativa em 37,08%, ou seja, a retração do investimento da cidade do Rio de Janeiro foi mais acentuada do que no estado.

Gráfico 1 - Volume de investimento da Microrregião de Três Rios



Fonte: CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Como pode ser observado no Gráfico 1, o volume de investimento realizado na microrregião de Três Rios mostrou uma disparidade entre os municípios, deixando claro que o município de Três Rios concentrou o maior volume. Os demais municípios demonstraram variação, sendo que o município de Areal foi o que teve aumento no nível de investimento em 2008 (ano em que o município obteve o maior volume no período de 2005 a 2009). A cidade de Comendador Levy Gasparian obteve no ano de 2005 o maior índice, e nos anos seguintes ocorreu um declínio sucessivo dos recursos em investimento. Os dados do município de Paraíba do Sul, referentes ao ano 2005, não constavam no documento fornecido pelo CEPERJ. Contudo, nos anos de 2006 e 2007 o volume é baixo e, em 2008, quando o estado teve queda no nível de investimento, o município obteve um crescimento expressivo, com continuidade no ano de 2009. Entretanto, na microrregião, foi o segundo maior valor entre os cinco municípios ficando abaixo, apenas, de Três Rios, sendo esta a cidade que recebeu, em todos os anos referentes ao período estudado, os maiores volumes de recursos da microrregião. No ano de 2007 ocorreu uma forte queda no volume, entretanto, nos anos de 2008 e 2009 o volume foi crescente e não demonstrou ter sido influenciado, no ano de 2008, pela crise econômica.

As variações ocorridas nos municípios da microrregião de Três Rios caracterizaram-se pela disparidade na distribuição do volume de investimento. No período de 2005 a 2009, no município de Areal, o crescimento foi na ordem de 103,18%. Em Comendador Levy Gasparian o volume recebido, no final de 2009, representava 37,14% do total do investimento recebido em 2005, representando a maior perda de investimento entre os municípios. Uma situação crescente foi observada em Paraíba do Sul onde, no ano de 2005, os dados não constavam nos relatório do CEPERJ. Contudo, uma comparação entre os anos 2006 a 2009 demonstrou que os recursos de investimentos destinados ao município aumentaram em 506,96%, tendo sido o maior indicador de variação na microrregião. Já o município de Sapucaia ficou caracterizado pelo volume de investimento regular e com variação equilibrada, pois a variação no período foi de 51,10%, característica de crescimento sustentável, pois os recursos tiveram um fluxo contínuo. O somatório do volume de recursos da microrregião em relação ao município de Três Rios mostrou que no ano de 2005 (64,11%) foi para Três Rios, em 2006 (63,10%), 2007 (60,82%), 2008 (47,13%), sendo esta a menor relação encontrada, e em 2009 (50,80%). O município, entre todos da microrregião, possui a maior população, além de uma

pequena infraestrutura de produção, resultado de uma industrialização ocorrida nos anos 70 e 80. No aspecto da logística, ele está numa posição geográfica favorável, pois é cortada pela BR-393, sendo a principal ligação do Sudeste com o Nordeste, e pela BR-040, que possui ligação do Rio de Janeiro com Minas Gerais e Centro Oeste, além de possuir um malha ferroviária. É possível considerar tais fatores como justificativa para o volume de recursos, pois os demais municípios não dispunham dos mesmos fatores.

Tabela 9 - PIB (Produto Interno Bruto)

Ano	Estado	Valor (1000 R\$)					
		Rio de Janeiro	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	208508193	90513834	99726	95644	288272	154890	708736
2006	233778325	98104454	107687	102713	303328	165704	802962
2007	250855803	107669133	137933	117312	331376	187001	881361
2008	290149962	118241455	144867	129490	390880	221576	1025135
2009	301539436	139314126	179140	137082	451988	292422	1153276
2010	344405425	223251952	176434	115423	491311	353444	1503123

Fonte: CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

O PIB é considerado um importante indicador do crescimento econômico. Rossetti (2000) relata que o desenvolvimento dos métodos para medir (mensurar) uma economia, foi definido para calcular o crescimento econômico (atividade econômica), os grandes agregados macroeconômicos (produto, renda e o dispêndio nacional (investimento)).

Assim, na Tabela 9 é possível verificar o PIB do estado, capital e da microrregião de Três Rios (Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios). Numa análise geral, o PIB foi crescente em todas as localidades. A variação do estado no período de 2005 a 2010 foi de 65,17%. A média da cidade do Rio de Janeiro foi superior que a do estado, pois atingiu a 246,64%. Já a média de crescimento da economia na microrregião foi de 132,39 %. Comparando-se ao estado e à capital, os municípios estudados obtiveram um desempenho heterogêneo. A cidade de Areal cresceu neste período 76,92% e foi, na microrregião, o terceiro melhor desempenho econômico. O pior índice na microrregião ocorreu no município de Comendador Levy Gasparian, que atingiu um crescimento de 20,68 % no período, sendo esse resultado inferior ao estado, à capital e à média da microrregião. Paraíba do Sul obteve um crescimento de

70,43%, tendo ficado acima da média do estado e do município de Comendador Levy Gasparian. O melhor desempenho alcançado ocorreu no município de Sapucaia com 281,90 %, tendo sido superior a todas as localidades e à média regional (é o município que pela análise do PIB, foi o que apresentou a maior taxa de crescimento no período). Três Rios, o maior município da microrregião recebeu o maior volume de investimento, já na microrregião teve o segundo maior PIB, obtendo resultado superior ao estado, capital e aos municípios de: Areal, Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul.

Foi possível observar que o crescimento econômico ocorreu, levando-se em conta a análise do PIB. Contudo, o desenvolvimento econômico foi analisado por fatores sociais, sendo que a ocorrência poderá ou não ser observada.

5.2 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para Passos e Nogami (1999), o desenvolvimento econômico não se caracteriza apenas pelo aumento da oferta de bens e serviços, em determinado período de tempo e em termos *per capita*. Para ele, não somente os fatores quantitativos deverão ser considerados, mas os fatores qualitativos poderão demonstrar a ocorrência do desenvolvimento econômico. Dentre esses fatores qualitativos é possível destacar: baixa renda *per capita*, baixo nível de estoque de capital *per capita*, altas taxas de natalidade e mortalidade, altos índices de analfabetismo e baixos padrões educacionais, elevada taxa de desemprego e baixa produtividade de mão de obra, grandes desigualdades na distribuição de renda, alto percentual da população atuando na agricultura, alta participação do setor primário no produto nacional e baixa taxa de poupança *per capita*.

Tabela 10 - PIB *per capita*

Ano	Estado	Valor (1000 R\$)					
		Rio de Janeiro	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	16057	19325	10409	12244	7841	9294	10252
2006	17693	20863	10778	13114	8265	9999	11655
2007	19245	22991	13924	15511	9129	12338	13354
2008	21621	25122	13637	16310	10230	14430	15120
2009	22103	28406	16432	16980	11688	19049	17149
2010	25455	30088	17155	15629	12950	23052	22363

Fonte: CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

O PIB *per capita* refletiu, mesmo que parcialmente, um desenvolvimento econômico, já que esse indicador considerou a riqueza obtida em relação à população da localidade. Na tabela 10 pode ser constatado que o crescimento da renda ocorreu em todas as localidades. No estado, a variação encontrada foi de 59 %, considerando uma média geral entre as localidades pesquisadas (média geral de 105,57 %), o estado ficou abaixo e com o quarto percentual. A capital também ficou abaixo da média geral, contudo, seu índice de 56 % foi superior apenas ao município de Comendador Levy Gasparian que obteve 28 %, sendo este o pior índice dentre os pesquisados. Areal obteve 65 % ficando inferior à média geral, ao estado, à capital e ao município de Comendador Levy Gasparian, foi o terceiro melhor indicador. O município de Paraíba do Sul, com 65 %, obteve juntamente com Areal o terceiro índice na microrregião, sendo que esse percentual ficou abaixo da média geral, mas acima do estado, da capital e da cidade de Comendador Levy Gasparian. Os municípios de Sapucaia e Três Rios obtiveram, respectivamente, 248 %, resultando no melhor desempenho dentre todos os índices avaliados, e 218 %, resultando o segundo melhor desempenho. A renda *per capita* cresceu, contudo, é importante observar que em todos os municípios da microrregião ocorreu aumento do investimento, numa sequência de fatos o PIB também aumentou, mostrando a política de crescimento e desenvolvimento econômico na microrregião de Três Rios.

Tabela 11 – IFDM base 2010 – Edição 2012

LOCALIDADE	IFDM	EMPREGO E RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE	Grau de Desenvolvimento
Areal	0,7258	0,6170	0,7349	0,8449	MODERADO
Levy Gasparian	0,7464	0,5881	0,8063	0,8449	MODERADO
Paraíba do Sul	0,7186	0,4837	0,8400	0,8321	MODERADO
Rio de Janeiro	0,8230	0,8745	0,7690	0,8254	ALTO
Sapucaia	0,7083	0,6155	0,7530	0,7564	MODERADO
Três Rios	0,7721	0,7248	0,7754	0,8162	MODERADO

Fonte: FIRJAN, 2012

A Tabela 11 mostra um equilíbrio entre os municípios da microrregião e a mediana (parâmetro estabelecido pela metodologia usada pela FIRJAN na elaboração dos índices), alguns pontos se destacam: todos os municípios de da no grau moderado de desenvolvimento demonstrando equilíbrio regional.

No indicador de emprego e renda é importante destacar o grau de desenvolvimento regular nos municípios de Paraíba do Sul e Comendador Levy Gasparian, sendo que o município de Paraíba do Sul mesmo enquadrado no nível regular de desenvolvimento tem o pior índice dos municípios pesquisados.

No índice da educação foi possível observar o equilíbrio entre os municípios no grau de desenvolvimento moderado, a exceção entre os municípios da microrregião, se destacam de forma positiva as cidades de: Paraíba do Sul e Comendador Levy Gasparian apresentando o alto grau de desenvolvimento.

Quanto aos indicadores de saúde, os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Três Rios ficaram classificados no alto grau de desenvolvimento, entretanto o município de Sapucaia não alcançou a mesma classificação, pois seu índice ficou abaixo dos demais municípios, com isso seu grau de desenvolvimento é o moderado.

Os municípios não apresentaram comportamento equilibrado entre os três itens pesquisados para a análise do desenvolvimento dos municípios. É possível perceber uma diferença significativa entre as gestões municipais, o que pode ter sido um dos fatores que contribuiu para este resultado.

Tabela 12 – Variação do IFDM entre 2000 a 2010

LOCALIDADE	IFDM 2000	IFDM 2009	VARIAÇÃO	Variação no grau de Desenvolvimento
Areal	0,6518	0,7258	11,35 %	Moderado – Moderado
Três Rios	0,6414	0,7721	20,37 %	Moderado – Moderado
Levy Gasparian	0,6282	0,7464	18,81 %	Moderado – Moderado
Paraíba do Sul	0,6022	0,7186	19,32 %	Moderado – Moderado
Sapucaia	0,5885	0,7083	20,35 %	Regular – Moderado
Rio de Janeiro	0,7271	0,8230	13,18 %	Moderado – Alto

Fonte: FIRJAN, 2012

Na tabela 12 é possível ver a variação do IFDM no período de 2000 a 2010, edição 2012 (FIRJAN), onde todos os municípios da microrregião ficaram enquadrados no grau de desenvolvimento moderado, o que mostrou certo equilíbrio regional.

Ao observar o percentual de variação foi possível encontrar uma disparidade significativa, ou seja, os municípios tiveram comportamentos adversos no período pesquisado. Sapucaia enquadrou-se em grau regular de

desenvolvimento, com o pior índice na microrregião em 2000 e destacou-se pela maior variação entre todos os municípios, variando em 20,35 %, alcançando o grau moderado e tendo sido o único município da microrregião a ter alteração no grau de desenvolvimento.

Tabela 13 - Comparação do IFDM

ANO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Índice Nacional	0,5954	0,7129	0,7376	0,7478	0,7649	0,7603	0,7899
Areal	0,6518	0,6477	0,6642	0,6831	0,6074	0,7525	0,7258
Levy Gasparian	0,6282	0,7719	0,7004	0,6879	0,7402	0,6764	0,7464
Paraíba do Sul	0,6022	0,6853	0,6785	0,6535	0,6572	0,6340	0,7186
Sapucaia	0,5885	0,6226	0,6195	0,6129	0,7085	0,6885	0,7083
Três Rios	0,6414	0,6186	0,6281	0,6639	0,6937	0,7287	0,7721

- Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
- Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
- Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
- Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Fonte: FIRJAN, 2012

Na comparação dos dados no período de 2000 a 2010 referentes ao IFDM foi possível verificar uma estabilidade entre os municípios e a média nacional, pois a variação entre os índices foi pequena e dentro da indicação do nível moderado de desenvolvimento. O único ponto onde foi possível considerar uma evolução ocorreu no ano de 2000, quando a média nacional e o município de Sapucaia estavam classificados em desenvolvimento regular e passaram, no ano de 2005, para o desenvolvimento moderado.

Tabela 14 – Ranking IFDM

MUNICÍPIOS	RANKING IFDM – Nacional e Estadual							
	2000		2005		2009		2010	
	<i>Nac.</i>	<i>Est.</i>	<i>Nac.</i>	<i>Est.</i>	<i>Nac.</i>	<i>Est.</i>	<i>Nac.</i>	<i>Est.</i>
Rio de Janeiro	230 ^o	7 ^o	157 ^o	4 ^o	77 ^o	2 ^o	123 ^o	6 ^o
Areal	933 ^o	30 ^o	1918 ^o	69 ^o	3036 ^o	23 ^o	1202 ^o	35 ^o
Levy Gasparian	1228 ^o	51 ^o	370 ^o	10 ^o	2003 ^o	55 ^o	871 ^o	26 ^o
Paraíba do Sul	1636 ^o	71 ^o	1347 ^o	50 ^o	2879 ^o	84 ^o	1334 ^o	38 ^o
Sapucaia	1857 ^o	74 ^o	2365 ^o	81 ^o	1738 ^o	48 ^o	1528 ^o	47 ^o
Três Rios	1063 ^o	38 ^o	2434 ^o	84 ^o	997 ^o	29 ^o	568 ^o	19 ^o

Fonte: FIRJAN, 2012

Na tabela 14, a respeito do ranking dos municípios (nacional e estadual) avaliados pelo índice IFDM, é possível verificar que os municípios na microrregião apresentaram comportamento heterogêneo. Areal, se comparado com o ano 2000, no ano de 2010 declinou no âmbito estadual e no âmbito nacional. Comendador Levy Gasparian evoluiu tanto no ranking nacional como no estadual. Paraíba do Sul teve um desempenho semelhante ao município de Levy Gasparian e Sapucaia apresentou melhora no âmbito nacional e, principalmente, no estadual. A cidade de Três Rios também melhorou tanto no ranking nacional como no estadual.

5.3 POPULAÇÃO

Na análise do desenvolvimento econômico, demonstra da Tabela 15 foram usados os indicadores de educação, saúde e emprego, relacionados aos índices de crescimento populacionais dos municípios da microrregião de Três Rios.

Tabela 15 - Resultados do crescimento populacional

MUNICÍPIO	2000	2010
Areal	9.899	11.421
Comendador Levy Gasparian	7.924	8.183
Paraíba do Sul	37.410	41.088
Sapucaia	17.157	17.504
Três Rios	71.976	77.503
Rio de Janeiro	5.857.903	6.323.446
Estado	14.387.628	15.989.929

Fonte: IBGE, 2012

Gráfico 02 – Crescimento populacional: 2000 a 2010



Fonte: IBGE, 2012

Como é possível perceber na Tabela 15 e no Gráfico 2, o crescimento médio da população nos municípios da microrregião foi de 7,22%, incluindo a capital Fluminense e, no estado, este índice foi de 7,88%. O município de Areal obteve o maior índice (13,34%), acima do índice estadual (11,14%). Em seguida, Paraíba do Sul ficou com o terceiro índice (9,82%), o município de Três Rios cresceu 7,58% e Comendador Levy Gasparian (3,23%). O menor índice ficou com Sapucaia (2,14%).

5.4 EDUCAÇÃO

A educação é um dos fatores sociais que contribuem tanto no crescimento quanto no desenvolvimento econômico. No crescimento econômico isso ocorre pelo fato da educação ser fornecedora de um grande fator de produção, ou seja, a mão de obra, e quando há investimento, essa mão de obra se transforma em qualidade, se adequando aos avanços da tecnologia. Já no desenvolvimento econômico, isso ocorre porque a educação trará benefícios no campo da saúde, da cidadania e na participação das decisões sobre a sociedade.

Para Schultz (1962), a população terá um aumento no seu potencial de produção e de consumo na medida em que elas são beneficiadas com investimento, ou seja, para haver a manutenção do crescimento econômico e a perenidade do desenvolvimento econômico, os agentes públicos terão que destinar recursos públicos na melhoria da educação da população local.

No que diz respeito à legislação em vigor, os municípios estão obrigados a aplicarem, no mínimo, 25% dos recursos oriundos da receita de impostos e transferências constitucionais na educação, sendo que o não cumprimento da legislação terá as seguintes consequências para a gestão pública: Parecer desfavorável às contas pelo Tribunal de Contas (ou órgão competente), que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Complementar n° 64/90, artigo 1º, I, g); impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e do Estado (Lei n° 9.394/96, artigo 87, § 6º); impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal n° 78/98, artigo 13, VIII); intervenção pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III); imputação de

crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei nº 9.394/96, artigo 5º, § 4º); impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. (Lei Complementar nº 101/2000, artigo 25, § 1º, IV, b).

Com o intuito de atender aos critérios de aquisição, manutenção e funcionamento das instalações físicas e dos equipamentos essenciais ao ensino, a manutenção de bens e serviços, a remuneração e o aprimoramento do pessoal da educação, a aquisição do material didático, transporte e demais itens, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394/1996 MEC/2012).

A educação – investimento em capital humano – é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo prazo de um país. Nos Estados Unidos, cada ano de ensino aumenta os salários em cerca de 10%, em média. Nos países menos desenvolvidos, onde o capital humano é particularmente escasso, o hiato entre salários dos trabalhadores qualificados e não-qualificados é ainda maior. Portanto, uma das maneiras pelas quais a política do governo pode melhorar o padrão de vida é proporcionando um bom ensino e o incentivo a seu uso pela população. (MANKIW, 1999, p. 525).

No atendimento à Lei dos municípios da microrregião de Três Rios, a cidade do Rio de Janeiro e o total do estado apresentaram os dados demonstrados na tabela 16, referentes aos gastos com a educação, o que refletiu na receita arrecada e no caso dos cinco municípios da microrregião, na geração de riquezas referente ao início da política de renúncia fiscal.

Tabela 16 - Gastos com Educação

Ano	Estado	Rio de Janeiro	Areal	Em R\$ mil - IPCA médio de 2010			
				Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	4.467.367,3	1.888.068,2	6.187,4	4.887,4	NF	5.474,3	19.693,9
2006	4.393.940,8	1.947.966,0	6.998,0	4.572,4	12.859,2	5.203,9	20.295,8
2007	5.257.347,1	2.054.942,6	7.484,6	5.010,4	13.198,1	5.878,2	20.118,3
2008	6.102.485,5	2.463.108,3	8.895,0	5.588,8	16.300,1	6.819,5	23.272,4
2009	5.844.247,0	2.267.262,0	8.028,5	5.364,8	16.057,7	8.011,4	24.559,5
2010	6.285.165,10	2.254.501,50	9.191,60	6.521,80	21.272,50	10.158,10	26.672,30

Fonte: CEPERJ – Anuário 2011

A Tabela 16 mostra os gastos com a educação e, excluído os gastos com pessoal, o total representa manutenção, ampliação e assessoria das secretarias de educação. Os gastos com a educação realizados pelo estado totalizaram no final do ano de 2010 o valor de R\$ 6.285.165,10. Esse valor, em comparação com o ano de

2005, representou um aumento de 40,69%. No mesmo período, a capital do estado obteve um crescimento com gastos educacionais na ordem de 19,41%. Os municípios da microrregião de Três Rios apresentaram uma grande variação nos seus índices de gastos com a educação. Areal obteve 48,55%, Comendador Levy Gasparian obteve 33,44%, sendo o município que apresentou a menor variação no período, Paraíba do Sul obteve 65,43%, referentes à variação no período de 2006 a 2010, pois os dados de 2005 não estão disponíveis. Sapucaia obteve 85,56%, tendo sido a cidade com a maior variação, entre as localidades pesquisadas. Já a cidade de Três Rios obteve 35,43%.

Tabela 17 – Variação dos Gastos com Educação

2005 a 2010	
MUNICIPIOS	%
Areal	48,55%
Comendador Levy Gasparian	33,44%
Paraíba do Sul	65,43%*
Sapucaia	85,56%
Três Rios	35,43%
Rio de Janeiro	19,41%
Estado	40,69%

*A variação do município de Paraíba do Sul considerou o período de 2006 a 2010

Fonte: CEPERJ, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro 2012

Conforme a Tabela 17, os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Rio de Janeiro e o total do Estado, apresentaram redução fase à crise econômica mundial de 2008, o que provocou uma retração da economia, impactando os gastos públicos. Os municípios de Três Rios e Sapucaia não apresentaram redução nos gastos referentes à educação, pois neste período os respectivos municípios mantiveram seus fluxos de investimentos.

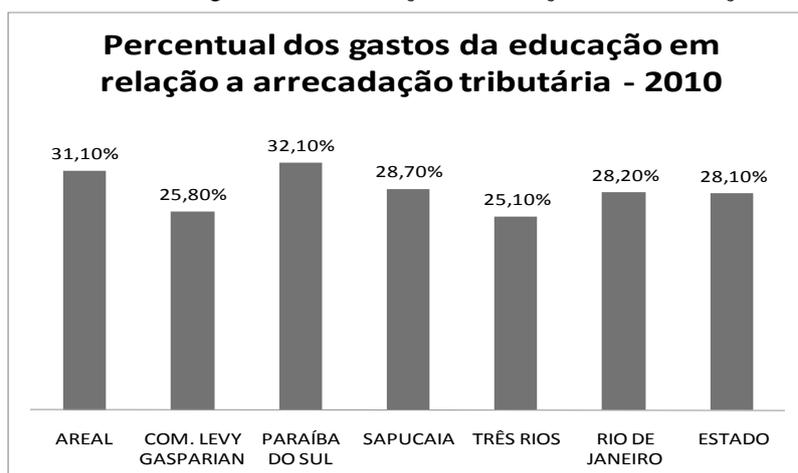
É importante ressaltar que os impactos no investimento em educação terão resultados diretos e indiretos nos demais indicadores sociais, como a melhoria na renda, a produtividade e a saúde.

O impacto de uma dada expansão educacional sobre o nível de um indicador socioeconômico no futuro pode ser decomposto em duas parcelas. A primeira é o impacto da expansão educacional que opera via seu impacto sobre o crescimento da renda per capita. Este é o chamado impacto indireto. Assim, uma expansão educacional hoje leva a um crescimento na renda per capita e este, por exemplo, a uma redução na

taxa de mortalidade. Este seria o impacto indireto da expansão educacional sobre a taxa de mortalidade. (BARROS E MENDONÇA, 1997, p. 3).

Todos os municípios apresentaram crescimento e adequação à Lei 9.394/96, referente aos gastos com a educação.

Gráfico 03 – Percentual dos gastos da educação em relação à arrecadação tributária em 2010



Fonte: CEPERJ, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro 2012

Conforme o Gráfico 3, ao final do ano de 2010 os municípios pesquisados apresentaram índices superiores aos dispositivos legais, já que foram determinados pela Lei 9.394/96, que obrigou os municípios a adequarem suas receitas aos gastos com a educação, ficando com um percentual mínimo de 25% da arrecadação tributária destinada à educação.

Todos os municípios da microrregião ficaram acima da disposição legal, porém, o município de Paraíba do Sul foi o que mais destinou recursos para a educação com 32,10 (+7,10%), seguido pelo município de Areal com 31,10% (+6,10%). A cidade de Sapucaia ficou na terceira posição com 28,70 (+3,70%). Comendador Levy Gasparian obteve 25,80% (+0,80%) e Três Rios ficou com 25,10% (+ 0,10%), mostrando que os municípios destinaram o volume de recursos dentro da disposição legal. Contudo, seus índices ficaram baixos, se comparados também com a cidade do Rio de Janeiro (28,20%) e com o total do Estado (28,10%). Portanto, tendo o índice legal com base e os resultados demonstrados, foi possível verificar que os gestores públicos em questão objetivaram uma melhoria no setor da educação.

O sistema FIRJAN desenvolveu uma metodologia para avaliar o desempenho dos municípios. Esse método analisou os municípios por três setores de desenvolvimento humano: emprego e renda, saúde e educação, usando, para isso, uma pontuação que vai de 0 a 1 (quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento). Essa variação ficou distribuída em quatro faixas: 0 a 0,4 – estágio de baixo desenvolvimento; 0,4 a 0,6 – estágio regular de desenvolvimento; 0,6 a 0,8 – estágio de moderado desenvolvimento e 0,8 a 1 – alto estágio de desenvolvimento.

Em relação ao item “educação” foi considerada, na análise, a educação fundamental e a pré-escola, pois são de responsabilidade dos municípios, sendo o ensino médio competência dos estados. Os parâmetros utilizados na qualidade da educação foram: Taxa de matrícula na educação infantil (peso de 20%); Taxa de abandono (peso – 10%); Taxa de distorção idade-série (peso de 15%); Percentual de docentes com ensino superior (peso de 15%); Média de horas aula diárias; e Resultado do IDEB (peso de 25%).

Tabela 18 - IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - Educação

Ano	Estado	Rio de Janeiro	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	0,7275	0,7684	0,6862	0,7725	0,7524	0,7134	0,7484
2006	0,7135	0,7751	0,6816	0,7746	0,7602	0,6976	0,7511
2007	0,7005	0,7992	0,7025	0,7843	0,7712	0,7235	0,7464
2008	0,7292	0,8149	0,7082	0,7681	0,7634	0,7133	0,7612
2009	0,7422	0,8095	0,7003	0,7673	0,8061	0,7371	0,7737
2010	0,7690	0,8149	0,7349	0,8063	0,8400	0,7530	0,7754

Fonte: FIRJAN, 2012

A Tabela 18 a respeito do índice de desenvolvimento e qualidade da educação demonstra que o estado ficou no estágio moderado de desenvolvimento. Contudo, no ano de 2007 ocorreu uma queda de 0,0270 pontos, se recuperando em 2010 ao atingindo o nível de 0,7690, ou seja, ocorreu uma evolução. A capital do estado mostrou, no ano de 2010, um crescimento expressivo em relação a 2009, com isso recuperou o índice alcançado em 2008. Os municípios da microrregião tiveram níveis adversos: Areal, Sapucaia e Três Rios ficaram no estágio moderado (para o ano de 2010), semelhante ao nível estadual, contudo, os municípios de Paraíba do Sul e Comendador Levy Gasparian acompanharam a trajetória da cidade do Rio de Janeiro, saindo do nível moderado e indo para alto desenvolvimento.

Tabela 19 - Número de Estabelecimentos de Ensino

CIDADE	Areal			Levy Gasparian			Paraíba do Sul			Sapucaia			Três Rios		
	Ano	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B
2005	12	02	00	10	01	00	28	06	00	34	05	00	54	15	00
2006	12	02	00	10	01	00	28	06	00	33	05	00	51	16	00
2007	13	02	00	11	01	00	30	06	00	33	05	00	54	18	01
2008	14	02	00	11	01	00	29	06	00	33	05	00	51	18	01
2009	13	02	00	07	01	00	29	06	00	28	05	00	52	17	01

A - Ensino fundamental; B - Ensino médio; C - Ensino superior.

Fonte: CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2012

Como pode ser visto na Tabela 19, os municípios da microrregião não apresentaram evolução quantitativa no número de estabelecimentos de ensino, tanto no fundamental e no médio quanto no superior. Se for considerada a variação da população entre os Censos de 2000 e 2010 (Areal – 15,39%; Comendador Levy Gasparian – 3,23%; Paraíba do Sul – 9,82%; Sapucaia – 2,14% e Três Rios – 7,58%), poderá ser verificado que não ocorreu um crescimento populacional que as estruturas existentes não pudessem absorver. Contudo, ficou evidente que a sustentação do crescimento econômico está condicionada à qualidade da mão de obra local, pois, caso não tenha oferta de pessoal qualificado, a implantação de unidade produtora fica prejudicada.

Tabela 20 - IFDM para Educação

LOCALIDADE	IFDM 2000	IFDM 2010	Varição
Paraíba do Sul	0,6017	0,8400	39,60 %
Areal	0,5685	0,7349	29,27 %
Comendador Levy Gasparian	0,6517	0,8063	23,72 %
Três Rios	0,6594	0,7754	17,59 %
Rio de Janeiro	0,7477	0,7690	2,84 %
Sapucaia	0,6852	0,7530	9,89 %

Fonte: FIRJAN, 2012

A variação apresentada pelo índice de desenvolvimento para educação pode ser observada na Tabela 20 e mostrou que todos os municípios da

microrregião evoluíram no período de 2000 a 2010. Contudo, a diferença nos percentuais foi significativa, ou seja, não ocorreu equilíbrio.

Os municípios apresentaram o seguinte desempenho:

Paraíba do Sul – apresentou a maior variação entre os municípios da microrregião com 39,60 %, saindo do grau de desenvolvimento moderado, no ano 2000, para o alto grau de desenvolvimento no ano de 2010, ocorrendo desenvolvimento;

Areal – em 2000 estava classificado no grau regular de desenvolvimento, mas em 2010 evoluiu para o grau moderado de desenvolvimento, caracterizando um desenvolvimento;

Comendador Levy Gasparian – estava classificado no grau moderado de desenvolvimento, evoluindo para o alto grau de desenvolvimento no ano de 2010. Obteve uma variação de 23,72 %, constituindo em desenvolvimento;

Três Rios – no ano de 2000 a cidade estava enquadrada no grau moderado de desenvolvimento e continuou no grau moderado, apresentando dentre os municípios da microrregião a pior variação, crescendo apenas 2,84 %, mostrando uma estagnação;

Sapucaia – estando enquadrada no grau moderado de desenvolvimento no ano 2000, sua classificação permaneceu no ano de 2010, e obteve a segunda pior variação entre os municípios da microrregião de 9,89 %, portanto, ocorreu desenvolvimento, mesmo de forma discreta.

Tabela 21 - Comparação do IFDM - Educação

ANO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Índice Nacional	0,5854	0,6850	0,6787	0,7083	0,7314	0,7506	0,7692
Areal	0,5685	0,6862	0,6816	0,7025	0,7082	0,7003	0,7349
Levy Gasparian	0,6517	0,7725	0,7749	0,7843	0,7681	0,7673	0,8063
Paraíba do Sul	0,6017	0,7524	0,7602	0,7712	0,7634	0,8061	0,8400
Sapucaia	0,6852	0,7134	0,6976	0,7235	0,7133	0,7371	0,7530
Três Rios	0,6594	0,7484	0,7511	0,7464	0,7612	0,7737	0,7754

- Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
- Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
- Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
- Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Fonte: FIRJAN, 2012

O IFDM para educação foi caracterizado por uma estabilidade entre todos os municípios. As variações encontradas foram localizadas, primeiro, no município de Areal, já que no ano 2000 sua classificação era de desenvolvimento regular e no ano de 2005 evoluiu para o nível de desenvolvimento moderado, onde permaneceu até 2010.

As cidades de Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul que em 2000 estavam enquadradas no grau moderado, em 2010 evoluíram para o alto grau de desenvolvimento, demonstrando um foco da gestão municipal na educação.

De forma geral os municípios da microrregião cresceram seus investimentos públicos no setor da educação, importante ressaltar que cabe aos municípios gerenciar a educação fundamental, não incluindo investimento nas demais etapas da educação (médio e superior)

5.5 EMPREGO E RENDA

Os conceitos de emprego e renda estão ligados quando se referem ao desenvolvimento do econômico. Na década de 1980, a Europa e mais recentemente o Brasil passaram a elaborar políticas públicas para enfrentar a questão do desemprego, passando a ter um foco definido em relação às políticas públicas de emprego e renda para redução da pobreza. Com isso, surgiram as “Políticas de Emprego” ou “Políticas de Emprego e Renda”.

O poder público possui inúmeras formas de intervenção que afetam o nível de emprego. Essas formas vão desde a fixação do salário mínimo, o contexto institucional que regula as relações capital trabalho e os custos fiscais e parafiscais nos encargos trabalhistas até a formação profissional. Não obstante a importância que variáveis como as citadas possuem sobre a oferta de oportunidades de trabalho (tanto no curto como no longo prazo), quando se analisam as políticas de emprego, o universo é bem mais restrito (AZEREDO e RAMOS, 1995, p. 94).

Tabela 22 - IFDM para Emprego e Renda

Localidade	IFDM 2000	IFDM2010	Variação
Sapucaia	0,3901	0,6155	57,78 %
Rio de Janeiro	0,6548	0,8745	33,55 %
Três Rios	0,4717	0,7248	53,65 %
Areal	0,6170	0,6170	0 %
Comendador Levy Gasparian	0,4495	0,5881	30,83 %
Paraíba do Sul	0,4406	0,4837	9,78 %

Fonte: FIRJAN, 2012

Ao analisar a Tabela 22, a respeito do IFDM para emprego e renda, é possível observar que houve uma variação significativa no município de Sapucaia, já que ele apresentou um crescimento de 57,78 %, o maior entre os municípios da microrregião e acima do índice da capital do estado. Os municípios de Três Rios e Comendador Levy Gasparian apresentaram variação positiva evidenciando que houve um aumento do nível de emprego e renda.

A evolução na classificação do grau de desenvolvimento ficou assim distribuída:

Sapucaia – em 2000 estava classificada no grau de desenvolvimento baixo. No ano de 2010 atingiu o grau moderado de desenvolvimento (houve desenvolvimento – melhor desempenho entre os municípios da microrregião);

Três Rios – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento regular. No ano de 2010 atingiu o grau moderado de desenvolvimento (houve desenvolvimento);

Areal – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento moderado, permanecendo em 2010 no grau moderado de desenvolvimento (importante observar que no decorrer do período ocorreram variações);

Comendador Levy Gasparian – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento regular. No ano de 2010 permaneceu no grau de desenvolvimento regular, contudo ocorreu uma variação positiva de 30,83 % no índice;

Paraíba do Sul – em 2000 a cidade estava classificada no grau de desenvolvimento regular e no ano de 2010 continuou no mesmo grau de desenvolvimento (houve uma variação de 9,78 %).

Ao analisar o comportamento do emprego e da renda do trabalhador, foi possível verificar o reflexo do crescimento da economia local, pois o volume de novos postos de trabalho mostrou o aumento da atividade produtiva e a renda foi uma continuidade da oferta e qualificação da mão de obra local.

Tabela 23 - Comparação do IFDM - Emprego e Renda

ANO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Índice Nacional	0,4889	0,6960	0,7642	0,7520	0,7689	0,7286	0,7914
Areal	0,6170	0,4520	0,5046	0,5770	0,3481	0,7679	0,6170
Com. Levy Gasparian	0,4495	0,8034	0,5466	0,4684	0,6191	0,4266	0,5881
Paraíba do Sul	0,4406	0,4662	0,4465	0,3789	0,4090	0,2925	0,4837
Sapucaia	0,3901	0,4428	0,4326	0,4042	0,6705	0,5816	0,6155
Três Rios	0,4717	0,4072	0,4312	0,5153	0,5553	0,6173	0,7248

- Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
- Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
- Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
- Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Fonte: FIRJAN, 2012

Na Tabela 23, a respeito da comparação do IFDM para Emprego e Renda no período de 2000 a 2010, a média nacional, que no ano de 2000 estava classificada em desenvolvimento regular, em 2005 evoluiu para o desenvolvimento moderado, estabilizando neste patamar até 2010. O município de Areal, que no ano 2000 teve a classificação de desenvolvimento moderado passou para o nível de desenvolvimento regular entre 2005 a 2007, em 2008 caiu para o baixo desenvolvimento e, em 2009, saltou para a classificação de desenvolvimento moderado, em 2010 seu índice apresentou um queda de 24% , mantendo o grau moderado de desenvolvimento.

No ano 2000 a cidade de Comendador Levy Gasparian tinha um desenvolvimento regular, porém, cinco anos depois sua classificação foi de alto desenvolvimento. Nos dois anos seguintes retornou à classificação de desenvolvimento regular, no ano de 2008 evoluiu para o desenvolvimento moderado e no ano de 2009, retornou à classificação de regular, demonstrando uma grande oscilação no setor de emprego e renda, em 2010 seu índice evolui 38 %, mantendo o grau regular de desenvolvimento.

O município de Paraíba do Sul, entre todos os municípios da microrregião, foi a localidade onde foram encontrados os menores índices, pois a variação esteve concentrada nos níveis de desenvolvimento regular e baixo desenvolvimento, mostrando a fragilidade deste setor na cidade em questão.

A cidade de Sapucaia não apresentou comportamento regular, já que no ano 2000 estava classificada no nível de baixo desenvolvimento e nos anos de 2005, 2006 e 2007 estabilizou no nível regular de desenvolvimento. No ano de 2008 a cidade obteve o melhor índice, pois ficou com a classificação de desenvolvimento

moderado, mas não manteve o mesmo nível no ano de 2009, pois foi rebaixando para o nível regular de desenvolvimento, recuperando esta classificação em 2010.

A cidade de Três Rios foi considerada o maior município da microrregião em número de habitantes e infraestrutura produtiva e seu grau de desenvolvimento em 2000 foi considerado regular e nos anos seguintes a situação permaneceu. Contudo, os índices mostraram uma evolução constante, e no ano de 2009 a cidade obteve a classificação de desenvolvimento moderado, em 2010 mantém a trajetória de evolução nos índices, permanece no grau moderado de desenvolvimento. Demonstrando, entre todos os municípios pesquisados, ter sido o que apresentou maior regularidade.

Em relação ao comportamento do mercado de trabalho ao final do ano de 2010, foi possível confirmar que o estado criou um total de 190.680 novos postos de trabalho (diferença entre as admissões e demissões) o que representou 13,68%. Os municípios da microrregião de Três Rios obtiveram aumento nos postos de trabalho, ficando a cidade de Três Rios com a geração de 2.017 postos de trabalho (17,36%), seguida por Paraíba do Sul com 423 novos postos (16,15%). Areal, em 2010, teve 399 novos postos, mas no ano de 2008 apresentou uma forte retração, pois perdeu 599 postos de trabalho. Numa análise direta entre os anos de 2008 e 2010, o município apresentou um déficit de 200 postos, já Comendador Levy Gasparian, no ano de 2010 apresentou uma manutenção em relação ao ano de 2008, pois criou 383 postos, o que resultou em 24,29%, o melhor percentual entre os municípios da microrregião. A criação de 305 (21,62%) postos de trabalho na cidade de Sapucaia foi considerado bom, contudo, foi apenas um parte do desempenho em 2008, quando apresentou 1.482 novos postos de trabalho. Além disso, na microrregião o total de novos postos de trabalho foi de 3.527, como pode ser visto a seguir, na Tabela 24.

Tabela 24 - Estado do Rio de Janeiro - Microrregião de Três Rios: Admissões e desligamentos - 2004 a 2010

Estado e Municípios	2004		2006		2008		2010	
	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos
ESTADO	30.436	22.606	.047.227	31.069	.361.327	.206.731	.584.744	.394.064
Rio de Janeiro	11.620	57.047	85.408	27.190	67.412	83.265	88.567	82.091
Areal	.058	.647	.072	.710	.380	.979	.387	.988
Levy Gasparian	.886	.168	.380	.304	.028	.646	.577	.194
Paraíba do Sul	.819	.489	.705	.562	.021	.820	.620	.197
Sapucaia	32	05	57	22	.311	.829	.411	.106
Três Rios	.082	.218	.209	.095	.566	.881	1.616	.595

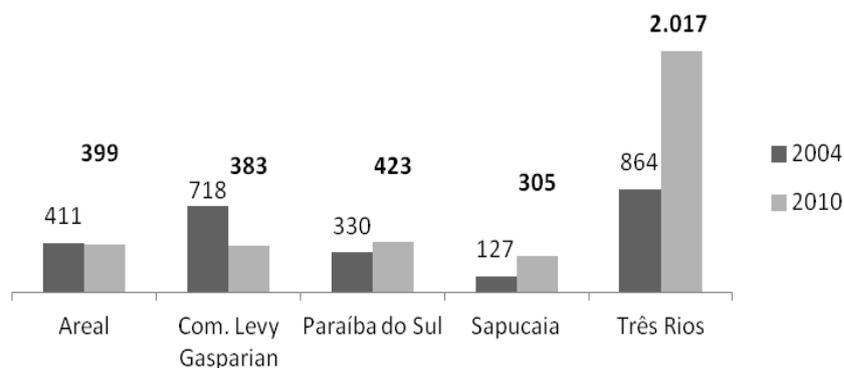
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED

Tabela 25 - Estado do Rio de Janeiro - Microrregião de Três Rios: Admissões e desligamentos de 2004 a 2010 - saldo

ESTADO E MUNICÍPIOS	2004 Saldo entre as Demissões e desligamentos	2006 Saldo entre as Demissões e desligamentos	2008 Saldo entre as Demissões e desligamentos	2010 Saldo entre as Demissões e desligamentos
Estado	107.830	116.158	154.596	190.680
Rio de Janeiro	54.573	58.218	84.147	106.476
Areal	411	362	- 599	399
Levy Gasparian	718	76	382	383
Paraíba do Sul	330	143	201	423
Sapucaia	127	135	1.482	305
Três Rios	864	114	685	2.017

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

Gráfico 04 - Variação da criação de emprego: 2004 a 2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados CAGED

Como foi possível perceber na Tabela 25 e no Gráfico 4, que se referem à comparação entre 2004 e 2010, os municípios de Areal e Comendador Levy Gasparian criaram mais empregos em 2004, antes da política fiscal ser implantada. Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios (principalmente pela sua estrutura industrial instalada) tiveram resultados expressivos ao final do ano de 2010, quando a política fiscal apresentou resultados significativos.

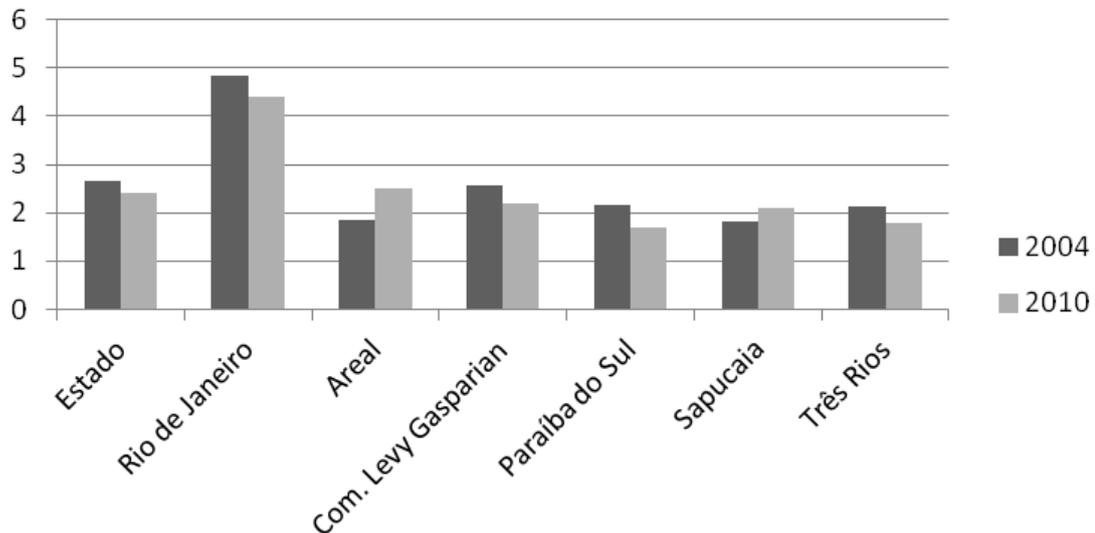
Tabela 26 - Rendimento Médio Mensal

ESTADO, CAPITAL E MUNICÍPIOS	QUANTIDADE SALÁRIO MÍNIMO			
	2004	2006	2008	2010
ESTADO	2,67	0,41	0,4	0,4
Rio de Janeiro	4,85	0,44	0,4	0,4
Areal	1,86	0,72	0,87	2,5
Com. Levy Gasparian	2,56	0,38	0,5	2,2
Paraíba do Sul	2,17	0,93	0,92	1,7
Sapucaia	1,83	0,81	0,92	2,1
Três Rios	2,12	0,89	0,86	1,8
Salário mínimo nominal	260,00	50,00	15,00	10,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, DIEESE, 2012

O nível da renda do trabalho pode ser avaliado pelo número de salários mínimos pagos aos trabalhadores. Na Tabela 26, é possível observar essa relação na microrregião de Três Rios, na cidade do Rio de Janeiro e no Estado. Demonstrou-se que em todas as localidades existiu uma perda do número salários mínimos pagos, ou seja, existiu uma perda de renda do trabalhador, já que a redução dos valores pagos reduziu a renda. Apenas os municípios de Areal e Sapucaia obtiveram aumento da renda, contudo, esse aumento não foi significativo, pois considerando a inflação do período de 5,9% (Banco Central do Brasil, 2012), a perda foi significativa, ou seja, a riqueza gerada não chegou ao trabalhador.

Gráfico 05 – Variação salarial: 2004 a 2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, DIEESE, 2012

5.6 SAÚDE

Para Westpal e Ziglio (2006) o investimento de setor da saúde caracteriza pelas estratégias públicas, que os agentes públicos desenvolvem no sentido de direcionar a produção de benefícios instrumentais, tanto para o desenvolvimento econômico quanto o social. Tem a proposta de mudar a visão assistencialista do estado, pois seus resultados são baixos. Ao promover a saúde tendo como base as estratégias públicas, exigirá do estado recursos financeiros, tempo, e esforço de menor intensidade, do que as utilizadas em políticas assistencialistas, na certeza de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, os resultados serão maiores, pois a saúde terá foco estratégica nas demandas locais, contribuindo para que os recursos financeiros gerados na localidade sejam alocados nas necessidade regionais.

A má saúde enfraquece o desenvolvimento econômico e os esforços para reduzir a pobreza. Para o desenvolvimento econômico os investimentos em saúde são essenciais e devem ser uma componente vital das estratégias nacionais de desenvolvimento. Os melhores resultados podem ser conseguidos tendo por alvo a saúde das populações pobres e dos países menos desenvolvidos. (OMS, 2013)

Tabela 27 - IFDM para Saúde

LOCALIDADE	IFDM 2000	Grau de Desenvolvimento	IFDM 2010	Grau de Desenvolvimento	Variação
Rio de Janeiro	0,7788	Moderado	0,8254	Alto	5,98 %
Sapucaia	0,6902	Moderado	0,7564	Moderado	9,59 %
Comendador Levy Gasparian	0,7834	Moderado	0,8449	Alto	7,85 %
Paraíba do Sul	0,7644	Moderado	0,8321	Alto	8,85 %
Areal	0,7700	Moderado	0,8255	Alto	7,20 %
Três Rios	0,7931	Moderado	0,8162	Alto	2,91 %

Fonte: FIRJAN, 2012

No item saúde, como pode ser observado na Tabela 27, os municípios pesquisados tiveram variação inferior a 10%, ou seja, apresentaram uma diferença entre municípios da microrregião 7,9%, quando foram analisamos com os demais itens do índice (emprego e renda e educação). Já a saúde apresentou os menores índices.

A microrregião se caracterizou pelos seguintes resultados:

Sapucaia - no ano de 2000 a classificação era de grau moderado de desenvolvimento, em 2010 a classificação permaneceu, contudo, a variação no período foi de 9,59 %, demonstrando que ocorreu desenvolvimento;

Comendador Levy Gasparian – estava classificado no grau moderado de desenvolvimento em 2000, em 2010 evoluiu para o alto grau de desenvolvimento, tendo um importante desenvolvimento;

Paraíba do Sul – possuía uma classificação moderada em 2000, tendo crescido para o alto grau de desenvolvimento em 2010 – caracterizando um grau de desenvolvimento significativo para o município;

Areal – teve uma situação desenvolvimento, pois em 2000 estava classificada no grau moderado e sua condição evolui para o alto grau de desenvolvimento em 2010, com uma variação de 7,20 %;

Três Rios – o desenvolvimento em relação à saúde foi constatada pela pequena variação de 2,91 %, pouco expressiva, comparando com os demais municípios da microrregião. O município atingiu o grau moderado em 2000 em 2010 apesar de pouca variação, atinge o alto grau de desenvolvimento;

Os gastos com a saúde no ano de 2004, em face de uma emenda constitucional promulgada pelo congresso nacional em 13 de setembro de 2000, determinando que os municípios aplicassem 15% de suas receitas oriundas dos

seguintes impostos: imposto predial territorial urbano, imposto sobre transmissão de bens imóveis, imposto sobre serviços de qualquer natureza, imposto retido na fonte e os valores integrais das transferências constitucionais do fundo de participação dos municípios, imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços, imposto sobre propriedade de veículos automotores, imposto territorial urbano e do imposto sobre produtos industrializados e exportação.

Tabela 28 - Comparação do IFDM - Saúde

ANO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Índice Nacional	0,7120	0,7576	0,7699	0,7830	0,7944	0,8018	0,8091
Areal	0,7700	0,8050	0,8064	0,7700	0,7659	0,7892	0,8255
Levy Gasparian	0,7834	0,7396	0,7798	0,8110	0,8335	0,8353	0,8449
Paraíba do Sul	0,7644	0,8374	0,8288	0,8104	0,7992	0,8034	0,8321
Sapucaia	0,6902	0,7117	0,7282	0,7109	0,7419	0,7468	0,7564
Três Rios	0,7931	0,7003	0,7019	0,7300	0,7647	0,7951	0,8162

■ Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
■ Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
■ Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
■ Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Fonte: FIRJAN, 2012

Como pode ser observado na Tabela 28, a saúde foi o setor onde os resultados alcançaram maior positividade em relação aos demais (emprego e renda, educação). A média nacional mostrou uma evolução constante e positiva. Em 2000 o desenvolvimento foi moderado e na sequência dos anos os indicadores foram crescentes, até chegar ao ano de 2010, quando estabiliza o alto desenvolvimento.

A cidade de Areal nos anos de 2005 e 2006 chegou ao alto grau de desenvolvimento, situação que não se manteve nos demais anos, recuperando essa a condição de alto grau de desenvolvimento somente em 2010.

No ano 2000 e nos anos de 2005 e 2006 o município de Comendador Levy Gasparian estava classificado no nível moderado de desenvolvimento, mostrando regularidade. A partir do ano de 2007 e com a mesma regularidade nos anos anteriores, sua classificação foi para o alto desenvolvimento, demonstrando objetividade na área da saúde.

O Município de Paraíba do Sul apresentou uma irregularidade entre o nível de desenvolvimento moderado e o alto desenvolvimento. Porém, em 2009 e 2010 mantém ao alto desenvolvimento.

Os Municípios de Sapucaia e Três Rios permaneceram no nível de desenvolvimento moderado, até o ano 2009, contudo em 2010 a cidade de Três Rios atinge o alto grau de desenvolvimento e Sapucaia permanece no grau moderado de desenvolvimento.

Tabela 29 - Gastos com Saúde

Municípios	<i>em R\$ mil – IPCA médio de 2010</i>					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Areal	6.048,40	6.590,80	6.649,30	7.125,70	7.290,70	7.977,50
Com. Levy Gasparian Paraíba do Sul	4.508,00	4.378,40	4.587,20	6.392,90	6.110,10	9.056,30
Sapucaia	ND	10.681,20	11.543,60	12.713,60	13.728,70	18.734,80
Três Rios	6.931,10	7.548,90	7.097,80	8.548,50	9.293,00	10.382,80
Rio de Janeiro	8.882,00	12.474,00	11.783,50	12.404,20	15.614,60	24.317,00
Estado	1.647.375,20	1.473.581,30	2.006.376,40	2.135.642,30	2.125.490,90	2.320.935,80
	4.248.586,20	4.547.809,90	5.275.955,60	5.772.632,30	5.874.276,60	6.601.326,30

Fonte: CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2012

Tendo a Tabela 29 como base, é possível observar que todos os municípios e o estado elevaram seus gastos com a saúde, sendo que o município de Paraíba do Sul não disponibilizou os dados referentes ao ano de 2004. Além disso, no Anuário 2011, disponibilizado no site oficial do CEPERJ os dados encontrados são, somente, referentes aos anos de 2005 até 2010.

A saúde foi um dos fatores que evidenciou uma melhoria na qualidade de vida da população. Foi possível verificar que o conjunto de recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades dos municípios apresentou uma alta expressiva. Contudo, este estudo não usou dados referentes a situações anteriores à política de incentivos fiscais, buscando apenas mostrar a relação dos recursos financeiros destinados à população.

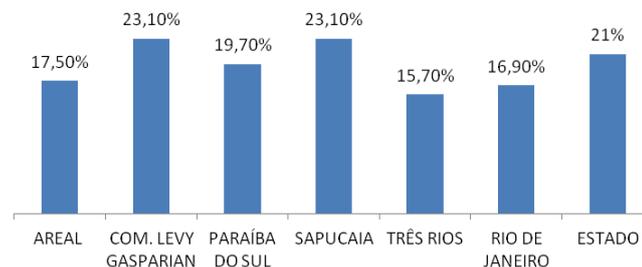
Tabela 30 - Variação dos gastos com Saúde

2005 A 2010	
MUNICÍPIOS	%
Areal	24,18%
Comendador Levy Gasparian	100,89%
Paraíba do Sul	75,40%*
Sapucaia	49,80%
Três Rios	273,78%
Rio de Janeiro	40,89%
Estado	55,38%

*A variação do município de Paraíba do Sul considerou o período de 2006 a 2010

Fonte: CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2012

Gráfico 06 - Gastos em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada: 2010



Fonte: CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2012

Observando os volumes demonstrados na Tabela 30 e no Gráfico 6 é possível verificar que os municípios da microrregião de Três Rios, a capital Fluminense e o estado desenvolveram uma política de saúde. Pela variação do ano de 2005 até 2010, o município de Três Rios elevou seus gastos em 273,78%, constituindo na maior destinação de recursos para a saúde, Comendador Levy Gasparian destinou 100,89%, sendo o segundo município da microrregião. Sapucaia e Paraíba do Sul, sendo que esta não disponibilizou os dados referentes ao ano de 2005, apresentaram variação de 49,80% e 75,40%, respectivamente. O município de Areal, se comparado com os demais municípios, a capital do estado e o estado, percebe-se que ele ficou com o índice mais baixo, com isso, foi possível verificar que

não existiu uma política homogênea de saúde, pois os percentuais apresentaram grandes variações, tanto em relação aos municípios, quanto em relação ao estado.

Ao final do ano de 2010, segundo os dados disponibilizados pelo CEPERJ (2012), todos os municípios estavam adequados ao dispositivo legal, na destinação de 15% de suas receitas tributárias para o custeio da saúde.

Os municípios de Comendador Levy Gasparian e Sapucaia apresentaram um percentual de 23,10%, aumentando as despesas além do piso em 8,10%. Paraíba do Sul destinou 19,70% (+ 4,70%). A cidade de Areal usou 17,50% (2,50%) dos seus recursos. Já a cidade de Três Rios procurou atender a determinação legal, pois seu índice de 15,70% (+0,70%) obteve o menor percentual em relação a todos os municípios pesquisados.

Observando todos os índices apresentados, foi possível obter uma média de 19,57%, ou seja, existiu uma destinação de recursos acima das determinações constitucionais, mostrando que os gestores públicos dessas localidades, mesmo que de forma heterogênea, desenvolveram políticas de saúde, refletindo em uma melhoria da qualidade de vida da população.

Todos os dados apresentados e analisados neste capítulo, são elementos extraídos de documentos oficiais de organizações governamentais e associação de classe, que por metodologia própria, demonstram desenvolvimento econômico pela ótica da acumulação de riqueza, contudo é importante observar que o presente trabalho não mensurou a qualidade na educação, saúde, emprego e renda dos municípios pesquisados, pois o foco demonstrado foi pela relação direta entre o crescimento da economia e seus efeitos quantitativos na sociedade.

6 CONCLUSÃO

A discussão sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico é o tema central no mundo, nos países, nos estados e também nos municípios. Abordar essa temática é questionar as políticas desenvolvidas pelos gestores públicos e seus impactos no curto, médio e longo prazo.

O presente estudo foi voltado para a comprovação do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico. Foi escolhida, para isso, a microrregião de Três Rios no estado do Rio de Janeiro. A composição da microrregião é dos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios.

Foram apresentadas teorias de crescimento econômico e desenvolvimento econômico de diversos autores, tais como Celso Furtado, Paul Singer, Eliana Cardoso e Nali de Jesus Souza, entre outros.

A questão do desenvolvimento regional foi desenvolvida procurando demonstrar a questão da microrregião e a relação entre os diversos municípios, com suas características e, entre eles a importância do município de Três Rios, que desenvolve um papel central desta microrregião, por ser a cidade que tem um passado industrial e uma vocação para tanto. Sendo a cidade de Três Rios, portanto, o centro desse processo de desenvolvimento, fazendo com que ocorra uma irradiação de crescimento econômico para as demais cidades.

O primeiro objetivo a ser respondido é referente à ocorrência do crescimento econômico na microrregião de Três Rios, neste ponto podemos afirmar que houve o crescimento econômico em todos os municípios pesquisados.

Os indicadores do crescimento econômico apresentaram, no período pesquisado, variações positivas, o que demonstra que a atividade econômica ocorreu em todos os municípios da microrregião de Três Rios.

Um ponto relevante ocorre em relação à arrecadação tributária (receitas correntes), que teve aumento significativo do ano de 2005 ao ano de 2009, mesmo considerando o curto período de tempo, para maturação dos investimentos.

O comportamento do PIB, das receitas e dos investimentos foi caracterizado pela forte heterogeneidade dos cinco municípios, mostrando uma falta de articulação entre as cidades, além de mostrar a ausência de uma política estadual coordenada e centralizada nos objetivos regionais, ficando caracterizado que o processo decisório é municipalizado, que não explora o conjunto da microrregião.

É possível concluir que, mesmo de forma desordenada, a microrregião obteve no período pesquisado (ano de 2004 ao ano de 2010) um aumento na geração de riqueza, resultado da elevação do aumento da produção de bens e serviços, ou seja, houve um crescimento econômico.

O segundo objetivo a ser respondido é referente à ocorrência do desenvolvimento econômico, neste item foi analisado pela ótica de três aspectos sociais: Educação e Renda, Saúde e Educação.

O principal indicador da ocorrência do desenvolvimento econômico foi o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), em todos os municípios pesquisados os indicadores de desenvolvimento variaram positivamente, ou seja, todos obtiveram desenvolvimento econômicos.

Todos os municípios apresentaram criação de emprego no período pesquisado, porém, um fato excepcional ocorre no ano de 2008, no município de Areal, quando 599 pontos de trabalho foram extintos, pelo fato de empresas terem encerrado suas atividades, já que o aumento no número de empregos sugere que houve desenvolvimento econômico. Em um contraponto da trajetória do nível de emprego, a variação no nível de renda foi considerada nula, pois o trabalhador não teve sua remuneração aumentada.

Foi possível concluir em relação à renda que os pontos de trabalho criados e ocupados pela população residente, estão na área de baixa qualificação, ou seja, não houve preocupação na formação e aprimoramento em relação à mão de obra local. Foi observado, também, que nos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian e Sapucaia a renda ficou estável e que, em Paraíba do Sul e Três Rios (maior parque industrial da microrregião), os níveis salariais retraíram, ou seja, o trabalhador teve perda de renda.

Quanto ao indicador de emprego e renda, é possível concluir que ocorreu o desenvolvimento econômico discreto, já que foram criados empregos e, mesmo assim, a renda não cresceu.

Em relação aos gastos com a saúde e educação, eles tiveram seus valores aumentados, considerando o crescimento da população e a variação dos percentuais gastos nos dois setores sociais.

Os gestores públicos municipais na microrregião procuraram, em um primeiro, momento atender aos dispositivos legais, destinando o mínimo de 25% para a educação e 15% para a saúde, do total de suas receitas tributárias.

Ao atender à Constituição, os municípios continuaram elevando o piso dos recursos destinados às áreas sociais, como educação e saúde, sendo isso possível verificar nos dados apresentados usando uma média simples. As cidades, ao final do ano de 2010, estavam gastando 28,56% (3,56% acima do piso constitucional) de suas receitas com a educação e 19,82% (4,82% acima do piso legal) com a saúde.

O desenvolvimento econômico está presente nos itens de saúde e educação das localidades, contudo, é importante observar que a pesquisa teve por objetivo, apenas, o período de 2004 a 2010, quando ocorreu a implantação da política de renúncia fiscal.

Em termos de volume financeiro é possível afirmar que, tanto na saúde quanto na educação, a população local teve crescimento de verba, reflexo de uma maior arrecadação dos municípios e estado, que gerado pelo aumento da economia.

O desenvolvimento econômico ocorrido nos municípios foi pequeno, pois a renda não acompanhou os demais itens referentes à emprego, saúde e educação, fato que demonstra ser resultado da falta de uma política de emprego e renda, tanto por parte do estado como dos municípios.

Os potenciais locais não foram desenvolvidos, apenas a implantação de unidades de produção, provocando a exportação de grande parte da riqueza para centros financeiros. Além disso, o Estado apenas deu a isenção fiscal, não traçando políticas de desenvolvimento econômico, nem metas e objetivos municipais, deixando para os municípios estabelecer políticas individuais, sendo eu estes não articulam no todo da microrregião e com o estado. Portanto, as políticas de isenção fiscal são instrumentos públicos que deverão ser usados no contexto de políticas estaduais e municipais, integradas e articuladas com políticas nacionais.

É necessário e urgente que haja um aprofundamento da pesquisa sobre o desenvolvimento econômico da microrregião de Três Rios, no sentido de verificar a sustentabilidade do crescimento econômico e a manutenção de políticas sociais

integradas entre os diversos níveis governamentais para que, assim, a sociedade local tenha participação ativa na gestão e aplicação da riqueza gerada e acumulada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ieda Maria. **Glossário de Termos Neológicos da Economia**. Humanitas. USP. São Paulo: FFLCH, 1998.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas Públicas de Emprego: Experiências e Desafios**. Planejamento e políticas Públicas – IPEA; n.12, 1995.

BARTOLI, Henri. **Repenser le Développement, En Finir avec la Pauvreté**. Paris: UNESCO/MOST/Economica, 1999.

BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BOUDEVILLE, JR. **Amenagement du Territoire et Polarisation**, Paris: Libraires Techniques, 1972.

BOYES, William; MELVIN, Michael. **Introdução à economia**. São Paulo: Ática, 2006.

CARDOSO, Eliana A. **Economia Brasileira ao Alcance de Todos**. Brasiliense: São Paulo, 1997.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Redes de pequenas e medias empresas e desenvolvimento local. Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. Geographia. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2005.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/IFDM/ifdm_downloads.html>. Acesso em: 28 jan. 2013.

FRANÇA, Cassio Luiz; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004; (Publicações Pólis, n. 40).

FUNDAÇÃO CEPERJ. **Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1974.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Nacional, 1983.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. Série Brasil cidadão. São Paulo: Petrópolis, 2000.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University, 1958. Jacques. Economia regional. (Textos). Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEF, I. **Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento**. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 3, n. 4, p. 35-42, 2002.

KINDLEBERGER, Charles Poor; HERRICK, Bruce. **Economic development**. 3. ed. 3. McGraw-Hill, 1977.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à Economia**: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Barros, Ricardo de Paes. Mendonça Rosane. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A educação básica no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores municipais de saúde**. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **CAGED**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2005.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

_____. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. **Princípios de Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Herber, 1967.

PERROUX, François. Nota sobre a noção de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977; p. 145-55.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home>>. Acesso em: 10 de jan. 2013.

PORTAL DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO. **Sistema de Indicadores Municipais**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 03 de jan. 2013.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. Resumo das conclusões da Comissão sobre Macroeconomia e Saúde. Disponível em: <http://www.who.int/macrohealth/infocentre/advocacy/en/investir_na_saude_port.pdf>. Acesso em 02 jan. 2013.

RICCI, Fabio. **Um Século de Benefícios Fiscais: Políticas Públicas de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Dependente no Vale do Paraíba Paulista**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR. V. 3. N. 4 (número especial). Taubaté, Nov. 2007; p. 140-149.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. IBAMA, 2001.

_____. **Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANCHES, Ilson Fernandes. **Desafios da Perspectiva**. Cuiabá: Edunic, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

_____. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril, 1985.

_____. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Best Seller, 2005.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. Milton Santos. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2005.

SCHULTZ, Theodore W. " **Reflexões sobre Investimento no homem** , " Revista de Economia Política , University of Chicago Press, 1962.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, César Roberto Leite da; SINCLAYR, Luiz. **Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVEIRA, Caio Márcio, Sistema Ceape: **Programa de Apoio a Pequenos Empreendedores**. Cap. 7 em CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter (org.). **Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SINGER. Paul. **Desenvolvimento e Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

SISTEMA FIRJAN. **IFDM**. Disponível em: ><http://www.firjan.org>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2005.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

VECCHIATTI, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004; v. 18, n.3.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: O Vale do Paraíba Paulista na Segunda Metade do Século XX**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2009.

WESTPAL, Márcia Faria; Ziglio, Erio. Políticas Públicas e Investimentos: a Intersetorialidade. Programa em Desenvolvimento Econômico e Social da UFRGS. Disponível em < [http://www.ppge.ufrgs.br/ATS/disciplinas/11/Textos%20Políticas%](http://www.ppge.ufrgs.br/ATS/disciplinas/11/Textos%20Políticas%20)> Acesso em 30/07/2013.